

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2024

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas,

Celebramos com orgulho nossos 54 anos de dedicação ao povo paraense como a maior empresa pública de saneamento do Pará. Ao longo de nossa história, desempenhamos um papel decisivo na expansão e melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Pará.

As diretrizes do saneamento básico no Brasil visam assegurar o acesso universal a serviços essenciais, estabelecidas na Lei Federal nº 11.445/2007 em relação à prestação adequada dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. Tais medidas visam satisfazer as necessidades básicas da população, promover a equidade social e melhorar a qualidade de vida, alinhando-se aos princípios de dignidade humana e responsabilidade ambiental. O Governo Federal promulgou a Lei nº 14.026/2020, o novo Marco Legal, estabelecendo a meta de universalizar os serviços de saneamento até 2033, garantindo que 99% da população tenha acesso à água potável e que 90% tenha acesso à coleta e tratamento esgoto. Nesse contexto a COSANPA cumpre atribuição significativa, contribuindo para a saúde, cidadania e qualidade de vida da população por meio dos serviços de água e esgotamento sanitário.

Mediante os constantes desafios que se apresentaram no decorrer do exercício de 2024, entre eles, o anúncio oficial da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém durante o mês de novembro de 2025, o que impactou na necessidade de ajustes no planejamento das obras em execução na Região Metropolitana de Belém, como a Ampliação e melhoria da Estação de Esgotamento Sanitário ETE UNA e Ampliação e melhorias do Complexo da Estação de Tratamento de Água do Bolonha, obras cruciais para a infraestrutura da Cidade, visando sua conclusão antes da Conferência, enquanto intervenções com potencial de causar maiores transtornos à logística e mobilidade urbana, tendo em vista que a primeira terá interface nas Obras do complexo do Ver-o-Peso, Parque Linear do Canal da Doca e Esgotamento Sanitário em 95 ruas da Bacia do Una, em execução pela SEOP.

Para execução da missão de prestar, de maneira sustentável, serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos paraenses, alinhada às diretrizes do marco legal do saneamento e dos compromissos regulatórios, devido ao grande volume de investimentos necessários para a universalização dos serviços, o Governo do Estado contratou o BNDES para conduzir estudos de viabilidade da parceria privada nos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado, como uma alternativa para impulsionar os avanços na universalização.

Concluimos esta mensagem agradecendo aos nossos colaboradores pela dedicação, aos nossos clientes pela confiança, aos nossos fornecedores e prestadores de serviços pela parceria. Seguimos fortes no compromisso de garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma eficiente e eficaz, sempre em busca de proporcionar melhoria da qualidade de vida da população e preservação do meio ambiente.

Sigo na certeza de que, juntos, podemos construir um futuro próspero para o crescimento da Companhia, e enfrentar os desafios como aprendizado para escrever o capítulo mais inspirador da história do saneamento no Estado do Pará.

Respeitosamente,

**JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES JÚNIOR**

**Presidente da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA**

### A COMPANHIA

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, em atendimento à legislação que regulamenta as Sociedades por Ações no país, Lei Federal nº 6.404/76, apresenta o Relatório de Administração com as informações relativas ao seu desempenho e performance, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024. O Relatório foi elaborado em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e seguirá alinhado aos requisitos de transparência expressos na Lei Federal nº 13.303/2016.

Em vigor a Lei Federal nº 14.026/2020 atualizou o Marco Legal de Saneamento Básico e modificou outras normas para contemplar as inovações propostas no novo texto. A principal alteração estabelecida pelo novo marco legal foi a imposição de metas de universalização dos serviços, prevendo o atendimento de 99% da população urbana com água potável e de 90%, com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033.

A COSANPA é uma sociedade de economia mista, tendo como maior acionista o Governo do Estado do Pará, atuando há mais de 54 anos fazendo história na área de Saneamento no Pará. A Administração não mede esforços na busca de realizar um trabalho em prol da população paraense, visando a contínua melhoria da qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 52 (cinquenta e dois) municípios e 9 (nove) Vilas em que opera, atendendo uma população urbana de 2.329.278 milhões de habitantes com abastecimento de água e distribuído o volume de 270 milhões de m<sup>3</sup> de água tratada. Já no serviço de esgoto sanitário, atendemos 305.917 mil habitantes, com o volume tratado de 3.446.811 m<sup>3</sup>.

Apesar das dificuldades, a empresa vem vencendo obstáculos e encontrando alternativas para levar água aos lugares de difícil acesso, caminhando em direção a sua auto-sustentabilidade. E para isso precisa vencer desafios, como os altos índices de inadimplência, de desperdício de água e a busca da Universalização dos serviços.

Os resultados alcançados em 2024 impulsionam todos que fazem parte da Companhia a continuar ampliando os trabalhos com mais integração, eficiência e determinação em prol do Povo Paraense.

### CONTROLE ACIONÁRIO

A COSANPA Sociedade de Economia Mista, com o controle acionário exercido pelo Estado do Pará, órgão integrante da Administração Indireta, onde o acionista majoritário é o Governo do Estado do Pará;

A regulamentação atual estabelece que o Estado do Pará deve possuir no mínimo 51% das ações com direito a voto da COSANPA;

Atualmente o Estado do Pará detém 99,99% das ações, assim discriminadas: 95,54% ações ordinárias e 4,46% ações preferenciais.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura formal de governança da COSANPA, prevista no Estatuto Social da Empresa, está em conformidade com as exigências da Lei nº 6.404/1976, denominada Lei das Sociedades Anônimas, e da Lei nº 13.303/2016, a Lei das Estatais. A estrutura de tomada de decisão da COSANPA, conforme definido em seu Estatuto Social, é composta pela Assembleia Geral dos Acionistas, órgão máximo da Empresa, com poderes para deliberar

sobre todos os negócios relativos ao seu objeto. É composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Comitê de Elegibilidade, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Auditoria Interna e Ouvidoria, que desempenham as funções estabelecidas no Estatuto da Companhia, bem como, com as composições e atribuições contidas no Estatuto Social vigente. Além desses órgãos, a Governança da COSANPA é reforçada pela atuação da Assessoria de Gestão de Riscos, subordinada à Presidência.

A COSANPA atua no aprimoramento constante da sua governança, o que reforça o compromisso da Companhia com a transparência, a equidade, a prestação de contas e a sustentabilidade, buscando garantir uma gestão transparente de suas atividades, por meio de procedimentos e instrumentos, alinhados às boas práticas de governança, com foco na melhor qualidade da prestação dos serviços à sociedade e no relacionamento com todo o público interessado. Com as políticas e práticas de governança corporativas adotadas, pretende-se assegurar que a atuação de todas as instâncias da Companhia, estejam em consonância com seus princípios, procedimentos e normas internas.

Em 07.11.2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração a revisão da Política de Distribuição de Dividendos, que estabelece as normas e diretrizes para a distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio, em conformidade com a legislação vigente e com o Estatuto Social da Companhia, visando conferir maior transparência aos meios de remuneração dos acionistas, bem como promover o seu contínuo aperfeiçoamento, a fim de mantê-la de acordo com as melhores práticas de Governança.

A **AUDITORIA INTERNA** tem competências e deveres que deverão ser solidificados no compromisso de agregar valor e de melhorar as operações da Companhia, auxiliando-a no alcance de seus objetivos estratégicos e visando à melhoria da eficiência dos controles, da gestão de riscos, da performance dos processos e da governança corporativa, bem como atender aos princípios que regem a atuação da Administração Pública.

Realizamos atividades de acordo com as ações estabelecidas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), plano aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, e também de acordo com as atribuições dispostas na Resolução do Conselho de Administração nº 05/2020. É oportuno destacar que no PAINT de 2024 foram estabelecidas 23 ações, as quais foram segregadas em 3 tipos. O primeiro tipo envolve 17 ações para avaliação e acompanhamento das Unidades e Diretorias. O segundo tipo é relativo a 05 ações quanto as atribuições internas da AUDI. E, por fim, o terceiro tipo reserva 01 ação para atividades extraordinárias quando demandada por autoridade superior. Por sua vez, incluímos como atividade realizada nesse período as atividades de visita in loco nas Unidades de Negócios da Companhia, tais visitas foram realizadas com vistas a estreitar as relações com essas Unidades e corroborar com o exame e avaliação das ações estabelecidas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para 2024.

Conforme demonstrado, as atividades da Auditoria foram realizadas segundo seu compromisso de agregar valor à gestão nas diversas áreas da instituição, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da prática profissional de Auditoria Interna e da Administração Pública. É importante ressaltar o papel que a Auditoria Interna exerce no fortalecimento da governança e dos controles internos por meio do assessoramento e orientação à Alta Administração, bem como em todas as esferas administrativas.

Podemos concluir que a atuação da Auditoria Interna da COSANPA manteve aderência com o planejamento estabelecido no PAINT para o ano de 2024, o qual foi estabelecido visando o aperfeiçoamento dos controles internos, a implantação da gestão de riscos e a melhoria operacional contínua.

A **OUVIDORIA** possui a missão de assegurar o direito de manifestação, garantir o direito à informação e sugerir medidas de aprimoramento de ações, com busca de soluções para os problemas apontados. Compõe a Rede Pública de Ouvidorias do Estado do Pará, recebendo manifestações por meio da Ouvidoria Geral do Estado e da Ouvidoria da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado do Pará. Inicialmente, as reclamações e solicitações devem ser encaminhadas aos canais convencionais de atendimento e aguardar os prazos regulares para execução dos serviços.

A Ouvidoria é um canal de comunicação com a sociedade que recebe manifestações de clientes. Esse canal tem como objetivo contribuir para o aprimoramento da prestação dos nossos serviços. É importante ressaltar que a Ouvidoria é uma instância recursal do cliente perante a Empresa e utilizada quando sua demanda não foi tratada satisfatoriamente nos outros canais de relacionamento existentes. É responsável ainda pelo tratamento dos pedidos de informações registradas no Portal da Transparência e por garantir o cumprimento do prazo legal para resposta ao demandante. Por meio do link e-mail: [ouvidoria@cosanpa.pa.gov.br](mailto:ouvidoria@cosanpa.pa.gov.br). Recebemos 647 demandas, das quais 590 foram solucionadas, ou seja, 91% das demandas, 46 pendentes e 09 solicitações indeferidas.

Contribuímos para a melhoria contínua dos processos internos e dos serviços oferecidos à sociedade, por meio das análises dos dados coletados no atendimento, identificando falhas recorrentes e sugerindo ações corretivas, o que facilita compreender onde surgem os problemas e sugerir medidas para aprimoramento do trabalho e o diálogo com a população. A Transparência Pública requer uma conduta apoiada em princípios de honestidade e ética, por todos os envolvidos, o que irá refletir na qualidade do serviço prestado à sociedade e consequentemente nas atividades da Empresa.

Em 2024, das demandas recebidas pela Ouvidoria os assuntos mais reclamados foram; CONSUMO, HIDRÔMETRO, ALTERAÇÃO NA DATA DE VENCIMENTO DA FATURA, FALTA DE ÁGUA, SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETRO e TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE.

É importante destacar, que as informações apresentadas tiveram como base, os dados quantitativos, referente ao atendimento realizado em 2024. Estes dados foram analisados e transformados em informações, os quais apontam os principais problemas enfrentados pela população, que precisam ser conhecidos pela equipe técnica da Companhia, analisados e resolvidos. Este processo é fundamental para que o trabalho da Companhia seja eficaz, pois, não podemos entender o desenvolvimento da Empresa separado/isolado do desenvolvimento Social e Pessoal.

Portanto, a Ouvidoria faz parte do sistema de Governança Pública, que pode contribuir nas tomadas de decisões, administrar relações com a sociedade, contribuir no aperfeiçoamento dos serviços, dos métodos adotados, trabalhar a imagem da Empresa, detectar as principais demandas, logo, ela é uma ferramenta eficiente para lidar com a dinâmica da realidade social. Sua finalidade é dar transparência, visando contribuir na formulação de ações para aprimoramento e qualidade do serviço prestado à população.

O **CONTROLE INTERNO**, continuou trabalhando para aprimorar os processos de controle interno, realizando ações focadas em melhorar a governança e a conformidade dos processos e das normas internas. Seguimos comprometidos em fortalecer o monitoramento das atividades internas, buscando maior transparência, eficiência na gestão dos recursos, visando mitigar riscos e assegurar a correta aplicação dos recursos públicos. A continuidade das ações de controle interno, aliada à transparência e à colaboração entre as áreas, contribuiu para a evolução da empresa no sentido de melhorar cada vez mais seus resultados operacionais e garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

A **GESTÃO DE RISCOS** é vinculada à Presidência, o modelo representa um conjunto de atividades que são executadas de forma contínua e integrada em toda a organização para melhor aderência, consolidação e sistematização desses processos.

Realizamos significativos avanços no nosso framework de gestão de riscos, com o lançamento do Sistema de Gerenciamento de Riscos (SGR), juntamente com a atualização da política de gestão de riscos e a publicação do regimento interno de gestão de riscos da Companhia. Este movimento visa solidificar nossas práticas internas e alinhar nossos processos com padrões de excelência.

Como parte dos esforços para aprimorar a gestão de riscos, empreendemos o mapeamento das unidades estratégicas, o que nos permitiu identificar as necessidades específicas de cada uma e desenvolver planos de ação mais personalizados e eficazes. Isso resultou na elaboração de uma matriz de riscos que evidencia as dinâmicas mutáveis dos ambientes interno e externo.

Com base na avaliação de riscos, desenvolvemos planos de ação específicos por área, contemplando ações preventivas, estratégias de transferência de riscos e a implementação de ações de controle. Incentivamos a colaboração interdepartamental para assegurar que as medidas fossem eficazmente aplicadas.

A implementação e o monitoramento contínuo de "Ações de Prevenção" e "Ações de Contingência" foram cruciais e orientadas para reforçar a conscientização sobre práticas seguras e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) entre nossos colaboradores.

Os frutos da gestão de riscos até então evidenciam uma oportunidade clara de melhoria continuada na nossa capacidade de antecipar e responder a desafios emergentes. A abordagem proativa na identificação e mitigação dos riscos deve promover resiliência operacional e sustentabilidade para os negócios da Companhia. Esta estratégia proativa precisa ser constantemente aplicada e aperfeiçoada por todas as partes envolvidas na Empresa, não apenas fortalece nossa estrutura interna, mas também prepara os gestores para os desafios do futuro.

Na esfera Jurídica, conseguimos consolidar entendimento no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região acerca da legalidade da extinção dos contratos de trabalho por aposentadoria compulsória e aposentadorias concedidas após a EC nº 103/2019.

Implementamos software jurídico para controle de processos judiciais, intimações e citações, proporcionando maior controle das demandas judiciais.

## **PROGRAMAS SOCIAIS**

A Companhia tem o compromisso com a sustentabilidade socioambiental e com o desenvolvimento sustentável, para tanto, desenvolve um trabalho socioambiental junto à comunidade beneficiada pelas obras. Este trabalho é de suma importância, tanto para aproximar a empresa de seus clientes, quanto para prepará-los para o recebimento do empreendimento. Nosso trabalho otimiza atividades relacionadas ao processo de captação, tratamento, distribuição da água e seus custos sociais e econômicos, bem como, o uso consciente e sustentável dos recursos hídricos. Quando trabalhamos em ampliação da rede de abastecimento de água, a equipe do trabalho técnico social realiza o cadastro de adesão dos novos clientes e presta esclarecimentos de dúvidas e informações sobre o andamento das obras.

Ao longo de 2024, desenvolvemos trabalhos divididos entre os eixos de mobilização comunitária, geração de trabalho e renda, atividades socioculturais, educação ambiental e educação para a saúde, entre os projetos em atividades, quais sejam: **Belém (ETA Bolonha, 3º setor, e 10º setor), Castanhal, Santarém - Alter do Chão (Água e Esgoto), Alenquer e Oriximiná.**

Em 2024, realizamos mais de 1.155 (um mil cento e cinquenta e cinco) visitas domiciliares, somando 110 (cento e dez) cadastros de adesão de novos clientes nas áreas onde estão ampliando as redes de abastecimento de água ou esgoto.

A Companhia fomenta diversas ações alinhadas as diretrizes ambientais, especificamente nas ações que envolve o setor de saneamento, dessa forma seguimos fortalecendo a cada dia o Trabalho Social/Ambiental reconhecendo a importância do meio ambiente para sua sustentabilidade e para o futuro da nossa população.

## **EXPANSÃO E TECNOLOGIA**

### **GUAJARÁ**

#### **1. AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO COMPLEXO BOLONHA - 2ª ETAPA - BELÉM-PA.**

Essa obra é uma das mais relevantes no contexto das obras em execução pela COSANPA. O sistema de produção de água do Bolonha atende a Região Metropolitana de Belém, Ananindeua e Marituba. Devido as intempéries ocorridas no decorrer do exercício, a obra alcançou um percentual de execução de 2,54%, seu estágio de execução total está em 88,10%.

Após a conclusão da obra, serão beneficiados cerca de 2.824.395 Hab. (fim de plano), com investimentos na ordem de R\$ 167,12 milhões, provenientes do FGTS e GEP. Com a previsão de entrega para dezembro/2025, essa obra irá promover o aumento na produção e melhoria da qualidade do abastecimento de água à população atendida pela COSANPA.

#### **2. AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 10º SETOR – BELÉM-PA.**

Essa obra tem grande importância no contexto das obras em execução pela COSANPA, sua capacidade de produção atende à população dos bairros: Barreiro, Miramar, Val-de Cans, CDP, Maracangalha (Conj. Promorar e Conj. Paraíso dos Pássaros). No decorrer do exercício de 2024 foi executado 10,52% da obra, o estágio de execução total encontra-se em 62,33%.

Após a conclusão da obra, serão beneficiados cerca de 74.120 Hab., com investimentos na ordem de R\$ 27,49 milhões, e recursos oriundos do FGTS/ GEP. Com a previsão de entrega para dezembro/2025, essa obra irá promover o aumento na produção e a melhoria da qualidade do abastecimento de água à população atendida pela Companhia.

### **3. AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 3º SETOR – BELÉM-PA.**

A obra do 3º Setor tem grande relevância no conjunto das obras em execução pela COSANPA, tendo em vista que está localizado na área central de Belém contemplando os bairros do Umarizal, Reduto, Nazaré, e parte do centro de Belém.

Essa obra foi paralisada em julho/2023 para elaboração de projeto executivo e aprovação da reprogramação junto à CAIXA que ocorreu em março/24, porém, a Declaração de Contrapartida ficou pendente na SEPLAD, motivo pelo qual houve necessidade de nova reprogramação com redução de metas para não gerar acréscimo. Atualmente encontra-se em análise na CAIXA para possibilitar a retomada da obra, que está com estágio de execução total de 11,17%.

Com a conclusão da obra prevista para ocorrer em fevereiro/2026, serão beneficiados cerca de 75.460 hab., com água de qualidade, e investimentos de R\$ 26,62 milhões, oriundos do FGTS/ GEP.

### **4. ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MOSQUEIRO – BELÉM-PA.**

A elaboração do projeto básico de Mosqueiro teve um ritmo lento alcançando percentual de execução no exercício de 26,25%, acumulando um percentual de 65,04%. A previsão de conclusão do projeto está prevista para outubro/25, com investimentos na ordem de R\$ 1,63 milhões, provenientes do GEP/FGTS.

### **5. AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SETOR ÁGUAS LINDAS – ANANINDEUA-PA.**

A obra de ampliação do Setor Águas Lindas contribuirá efetivamente na melhoria do atendimento à população daquela região. Devido ao encerramento do Contrato por decurso de prazo em 31.01.2024, a Companhia encaminhou para análise da CAIXA a reprogramação com redução de metas, fato que levou a obra a ficar paralisada com percentual de execução de 68,20%. Após a conclusão da obra, haverá um aumento na produção e na melhoria da qualidade do abastecimento de água para cerca de 47.688 Hab., com investimentos na ordem de R\$ 18,41 milhões, oriundos do OGU/GEP.

## **BAIXO AMAZONAS**

### **1. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ALTER DO CHÃO SANTARÉM-PA:**

A obra de implantação do sistema de abastecimento de água em Alter do Chão é muito importante dentre as obras em andamento no Município de Santarém, tendo em vista a necessidade de atender cerca de 14.510 habitantes da região. Essa obra foi paralisada devido o encerramento do contrato com a COSANPA, sendo necessário o saldo ser atualizado e encaminhado à CAIXA para análise e aprovação para realização de nova licitação. Diante desse fato, a obra no presente exercício alcançou o percentual de 2,46%, e a execução total fechou com 79,41%. Com a previsão de entrega para dezembro/2025, essa obra aumentará o índice de atendimento e a qualidade do abastecimento de água à população, tendo sido investidos R\$ 19,01 milhões, oriundos do OGU/GEP.

### **2. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ-PA:**

Essa obra é de grande relevância para a região do Baixo Amazonas. No decorrer do exercício, a obra teve alguns percalços, onde resultou que a execução das obras alcançasse um percentual de 0,39%, com estágio de execução total de 32,76%. Após a conclusão da obra, a população beneficiada será de 53.230 habitantes, com investimentos na ordem de R\$ 67,16 milhões, com recursos oriundos do OGU e GEP. Com a previsão de entrega para março/2026, essa obra aumentará o índice de atendimento e a qualidade do abastecimento de água à população.

### **3. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE ALENQUER-PA:**

A obra do sistema de abastecimento de água do município de Alenquer devido as intercorrências ocorridas no desembolso de recursos, foi paralisada em novembro/24, fato que resultou que a execução das obras no exercício alcançasse cerca de 9,77%, com estágio total de execução de 40,12%. Após a conclusão da obra, a população beneficiada será de 28.610 habitantes, com investimentos na ordem de R\$ 65,80 milhões, com recursos oriundos do FGTS e GEP. Com a previsão de entrega para junho/2026, essa obra aumentará o índice de atendimento e a qualidade do abastecimento de água à população.

### **4. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE-PA:**

A obra foi executada até setembro/2024 com 92% do total, porém, as fortes chuvas ocorridas na cidade destruíram parte das unidades construídas, prejudicando a funcionalidade completa do sistema. Foi realizada uma reprogramação e apresentada à CAIXA para realização de novo certame visando a recuperação das unidades, porém, não foi aprovada devido a reconstrução de unidades não ser aceita pela normativa da CAIXA.

Atualmente encontra-se em negociação com a CAIXA o encerramento do Contrato de Repasse (PAC II) uma vez que as unidades estavam em operação antes das intempéries da natureza ocorrerem. Essa obra concluída contemplará cerca de 26.053 hab. do município, com investimentos na ordem de R\$ 23,75 milhões, oriundos do OGU/GEP.

## 5. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA:

De significativa importância no escopo das obras planejadas no Município de Santarém, essa obra foi paralisada com 46,61% de sua execução, havendo necessidade de reprogramação com redução de metas. Encontra-se em fase de análise e aprovação na CAIXA para realização de novo processo licitatório. Com a previsão de entrega para dezembro/2026, essa obra aumentará o índice de atendimento e a qualidade do abastecimento de água à 220.321 hab. da região, com investimentos na ordem de R\$ 160,46 milhões, oriundos do FGTS/GEP.

### MARAJÓ

#### 1. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE BREVES-PA:

A obra de ampliação do sistema de abastecimento de água de Breves sofreu variáveis no andamento das obras, sendo executado 1,40%, com estágio total de execução de 61,52%. Após a conclusão da obra, serão beneficiados 52.072 habitantes, com investimentos na ordem de R\$ 44,43 milhões, provenientes do OGU e GEP. Com a previsão de entrega para março/2026 essa obra aumentará o índice de atendimento e a qualidade do abastecimento de água à população.

### GUAJARÁ

#### 1. AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ETE UNA – BELÉM-PA.

A obra da ETE UNA tem grande destaque no escopo das obras em execução na Região Metropolitana de Belém para a COP 30, pois receberá todos os efluentes provenientes das obras em execução pela SEOP, e que terão impactos significativos nas áreas beneficiadas.

Devido as intempéries ocorridas no desembolso de recursos, a obra foi paralisada em setembro/24, fato que ocasionou um ritmo lento alcançando um percentual de execução de 3,77%, com estágio de execução total de 83,90%. Após a conclusão da obra serão beneficiados cerca de 87.500 habitantes, com investimentos na ordem de R\$ 127,36 milhões, oriundos do FGTS e GEP. Com a previsão de entrega para outubro/2025, essa obra irá aumentar a capacidade de coleta e tratamento do esgoto sanitário à população. Com saldo a executar de R\$ 20,99 milhões.

#### 2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PA:

Essa obra é de grande importância no contexto das obras em execução no município de Castanhal, contemplando os Setores Comandante Assis, Usina, Imperador e Santa Catarina. A execução da obra foi paralisada em função da falta de anuência da Declaração de Contrapartida pela SEPLAD referente a reprogramação aprovada na CAIXA em fevereiro/2024, havendo necessidade de apresentar uma reprogramação com redução de metas para não gerar acréscimo de valor. Atualmente em fase de ajuste para substituição na CAIXA. Diante da situação apresentada, o conjunto de obras alcançou no exercício, o percentual de 0,024%, com percentual total de execução de 85,37%.

Após a conclusão da obra, serão beneficiadas cerca de 121.000 hab. (fim de plano), com investimentos na ordem de R\$ 135,35 milhões, provenientes do FGTS e GEP. Com a previsão de entrega para março/2026, essa obra irá aumentar o índice de atendimento e promover a qualidade do abastecimento de água à população atendida pela COSANPA.

Nesse conjunto de obras e serviços a COSANPA está empenhada em contribuir com as metas ODS - Objetivos Desenvolvimento Sustentável 1, 3 e 6, que consistem na erradicação da pobreza, saúde e bem-estar, e água potável e saneamento para todos.

O ODS 6 tem o propósito de garantir a universalização do acesso à água e ao saneamento até 2030. Para isso, indica a necessidade de alcançar oito metas, cinco finalísticas e três de implementação.

O saneamento básico se constitui em um direito essencial para a saúde pública, à proteção ambiental e a qualidade de vida da população. Por meio do Governo do Estado a COSANPA possui investimentos para o cumprimento dessa política pública, voltados à ampliação e modernização da infraestrutura, com foco na captação, tratamento e distribuição de água potável. Observa-se que para o desempenho e o alcance das metas pactuadas é fundamental que o Governo possa garantir o aporte de recursos que foram previstos na elaboração do PPA.

### PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE SANEAMENTO DO PARÁ PRODESAN-PARÁ

O **PRODESAN-PARÁ** é um relevante Programa em curso, com contrato de financiamento firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, os investimentos previstos contemplarão a RMB nos municípios de Belém e Ananindeua.

Inicialmente as obras constantes do escopo do PRODESAN, conforme a seguir, estavam previstas para ter início em 2024. No entanto, tendo em vista a necessidade de readequação dos projetos, bem como a melhoria de infraestrutura seria tempestiva à COP-30, priorizamos a elaboração do Projeto Básico detalhado para o prosseguimento do processo licitatório.

OBRAS PRODESAN	MUNICÍPIO
Implantação de Adutora de Água Tratada - Rodovia Augusto Montenegro - BID	Belém
Implantação de Adutora de Água Tratada e Elevatória de Água Tratada na ETA Bolonha (João Paulo II)	Ananindeua
Implantação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Entorno dos Lagos Água Preta e Bolonha	Belém
Melhoria e Eficiência Operacional - Redução de Perdas na Zona Central	Belém
Reforma e Ampliação dos Setores de Abastecimento da UN-BR (Zona de expansão)	Ananindeua
Reforma e Ampliação dos Setores de Abastecimento (UN-NORTE)	Belém

OBRAS PRODESAN	MUNICÍPIO
Reforma e Ampliação dos Setores de Abastecimento (UN-SUL)	Belém
Reforma e Ampliação dos Setores de Abastecimento da UN-AM (Zona de Expansão)	Belém

Em junho/2024, o BID liberou o primeiro desembolso, conforme demonstrado a seguir.

DESEMBOLSO		DESEMBOLSO ACUMULADO		% ACUMULADO
U\$	R\$	U\$	R\$	
3.241.453,59	17.280.189,09	3.241.453,59	17.280.189,09	3,24%

**Cotação do dólar no dia de internalização do recurso: U\$ 1,00 = R\$ 5,33**

Em cumprimento à cláusula 5.02 (Supervisão da gestão financeira do Projeto), foi formalizada em 26/06/2024, através de Termo de Referência, os serviços de auditoria externa para o PRODESAN PARÁ junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

Até o momento não houve emissão de relatório de auditoria do Programa/Projeto. Considerando que o Contrato de Empréstimo 5435/OC-BR foi celebrado em 21/12/2022 e que no ano de 2023 não houve movimentação financeira do Programa/Projeto, foi solicitado ao Banco a dispensa referente ao período de 2023, através do Ofício Nº 017/2024 – DPL/PRE de 12/03/2024, o que foi não objetado pelo BID em de junho de 2024 através da CBR-1168/2024.

Em atendimento às atividades previstas no Componente 3 - Fortalecimento Institucional da COSANPA do contrato de empréstimo, onde consta a ação de "Elaboração da Política de Gênero", foi executado, no dia 08/11/2024, o Seminário para Equidade Racial para os empregados da COSANPA, com objetivo principal de iniciar os debates e ações institucionais de promoção da diversidade e inclusão, da conscientização e desarticulação do racismo, do lançamento da Cartilha Antirracista na Companhia, e ainda, celebrar a Adesão ao Pacto Interinstitucional Pró-Equidade Racial.

### **MERCADO**

A Gestão de Mercado teve um importante desempenho na busca de alavancar a receita da Companhia, assim, focou em metas visando a captação e implementação de ações para garantir a melhoria da prestação dos serviços e a eficiência da arrecadação garantindo o aumento da receita.

A COSANPA desempenha o papel de execução das políticas públicas relacionadas ao abastecimento de água e esgoto sanitário através dos acordos municipais de delegação, conferindo à Companhia a responsabilidade pela prestação dos serviços e a respectiva cobrança, conforme tarifas estabelecidas.

O faturamento da Companhia é um dos principais componentes da receita total, compreendendo a receita líquida gerada pelos serviços de abastecimento de água, saneamento básico e outras fontes indiretas. No último período, essa receita alcançou o histórico de **R\$ 955 milhões**, refletindo um aumento de 18% em comparação ao ano anterior. Para alcançar esse resultado, foram implementadas diversas ações visando tornar o processo de faturamento ainda mais eficiente e sustentável.

No ano de 2024, a arrecadação da Empresa atingiu cerca de **R\$ 630 milhões**, apresentando evolução de 8% em relação ao ano anterior. O crescimento da arrecadação, nos últimos anos, justifica-se pelas diversas ações de intensificação das ferramentas de cobranças, apresentou uma recuperação de mais de 22 mil clientes, gerando um incremento na arrecadação de aproximadamente R\$ 10 milhões acima das projeções. Além das estratégias para negociação e quitação de débitos, que demonstram um alinhamento maior com a prática no mercado, foi implantada uma nova política de negociação de débitos com novas regras de negociação.

Dentre as ações planejadas e implementadas, que visam propiciar um incremento da arrecadação, estão os serviços de: Hidrometração, Recadastramento, Ações de Cobrança, Campanha de Atualização Cadastral, Campanha de Negociação de Débitos, Relações Institucionais e Programa Água Pará.

Ao longo do ano, 2.509 hidrômetros foram substituídos como estratégia de incremento ao faturamento. **A hidrometração é uma ação importante nesse contexto, que além de sinalizar que os aparelhos mais novos aferem o consumo com maior eficiência, apresentam resultado positivo ao programado.**

Empreendemos todos os esforços na realização do recadastramento, onde mais de 7.500 imóveis tiveram suas classificações alteradas, de um total de 26.086 visitas realizadas, refletindo em cobranças mais justas para a Empresa e ao consumidor. Em complemento, efetivamos fiscalização de inativos, onde 18% dos imóveis foram encontrados religados abusivamente, o que imediatamente tornaram-se ativos no sistema comercial, e voltaram para o ciclo de faturamento, arrecadação e cobrança.

A intensificação das ações de cobrança foi de fundamental importância para a melhoria dos números da Companhia. Entre as ações, estavam os avisos de débito e corte físico.

Como resultado, foram batidos os recordes de arrecadação mensal, por dois meses seguidos, junho e julho/2024, com R\$ 31.102.131,00 e R\$ 32.152.277,00 respectivamente.

A COSANPA encerrou o exercício de 2024 com um total de 504.449 ligações ativas de água (redução de 0,6% em relação a 2023), nos 52 municípios em que opera, dos quais 316.893 (62,8%) estão localizados na Região Metropolitana de Belém – RMB.

ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA			
CATEGORIAS	2023	2024	Variação (%)

Residencial	484.923	481.920	-0,6%
Comercial	18.980	18.849	-
Industrial	673	674	-
Público	3.010	3.006	-
Total	507.5865	504.449	-0,6%

Em 2024 tanto o faturamento quanto a arrecadação tiveram acréscimo real em relação ao exercício anterior (18,5% e 22% respectivamente), uma vez que não houve reajuste tarifário no período. A variação positiva do faturamento decorreu das ações de revisão cadastral, da ligação de novos clientes e da instalação/substituição de 7.531 mil hidrômetros. Destaca-se o acréscimo de 20% no faturamento do serviço de esgotamento sanitário, decorrente da cobrança efetiva que passou a ser efetuada das unidades consumidoras onde já havia disponibilidade de rede coletora. A variação positiva da arrecadação é reflexo direto do aumento do faturamento e da intensificação da cobrança, tanto na Região Metropolitana de Belém - RMB, quanto nos municípios do Interior do Estado.

FATURAMENTO ANUAL			
	2024	2023	Varição
Abastecimento de Água	841,3	709,7	18%
Esgotamento Sanitário	85,9	71,4	20%
Outros Serviços	28,6	28,7	-
Total	955.8	809.8	18.5%

Outro passo importante foi o fortalecimento institucional, por meio de parcerias com instituições do Governo do Estado, entre eles destacamos o atendimento da COSANPA dentro da Sede do PROCON, com o objetivo de minimizar a formalização de reclamações perante essa instituição.

Com o propósito de impulsionar nossas ações, e alavancar a arrecadação, promovendo a queda da inadimplência apontada no cadastro de clientes da Empresa, destacamos a Campanha "CONTA COM A COSANPA 2024" iniciada em novembro. Oportunidade, em que os clientes poderiam obter benefícios com descontos de até 90%, além da isenção de taxas de juros, multas e correção monetária. Para pagamentos à vista, os usuários receberam um adicional de 40% de desconto, além da possibilidade de parcelar as dívidas em até 12 vezes.

Com o êxito da Campanha, a Empresa alcançou cerca de 16.165 clientes, com a efetivação de 11.388 negociações, resultando um incremento na receita na ordem de R\$ 5,6 milhões em negociações, sendo R\$ 4,3 milhão em recebimento imediato.

**O PROGRAMA ÁGUA PARÁ** se destaca por estar fundamentado em boas práticas ambientais, sociais e de governança, assim, entendendo como um benefício importante, a Administração buscou garantir através do Governo do Estado do Pará, como subsídio à renda da população paraense, assegurar o pagamento do consumo mensal de água (até 20 m<sup>3</sup>) para famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e beneficiárias de programas sociais.

No PROGRAMA ÁGUA PARÁ foi previsto, até dezembro/2024, o repasse de R\$ 270,0 milhões em benefício para mais de 260 mil famílias na quitação das contas de água, que busca garantir acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento básico.

## **OPERAÇÕES**

No âmbito dos serviços operacionais que visam a manutenção da qualidade e melhoria na prestação de serviços na produção de água e coleta e tratamento de esgoto, nosso compromisso é garantir serviços de qualidade para a população do Estado do Pará, especialmente nos 52 (cinquenta e dois) municípios e 9 (nove) vilas em que operamos, consistindo em ordenar as atividades relacionadas ao abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, além de gerir os recursos para a manutenção da infraestrutura da Companhia.

Consolidando o compromisso, a Gestão realizou investimentos em ações operacionais que visam a melhoria e eficiência no fornecimento e na qualidade de água produzidos no Parque Industrial da Companhia, bem como, nos diversos setores da Empresa. Entre os trabalhos estão:

1. Instalação de 15 Conjuntos Motor bombas;
  - a. Nas estações elevatórias de água bruta (EAB) do Rio Guamá (550cv), do Lago Bolonha (400cv) e do Canal do Yuna (EAB Utinga - 500cv);
  - b. Nas estações elevatórias de água tratada (EAT) do Complexo Bolonha: Zona Central (300cv) e Zona de Expansão (250cv) de Belém;
2. Aquisição de 35 novos Conjuntos Motor-Bombas Submersos de médio e grande porte, para instalação em poços artesianos profundos de diversas localidades atendidas pela COSANPA;
4. Aquisição de 33 novos motores elétricos assíncronos trifásicos de até 30 cv para instalação em bombas centrífugas em estações elevatórias de água tratada de diversas localidades atendidas pela COSANPA;
5. Aquisição de 02 transformadores elétricos, sendo:

01 transformador com potência nominal de 5.000 KVA, com relações de tensões elétricas nominais de 69.000 Volt para 4.160 Volt para instalação na subestação elétrica central do Complexo Bolonha;

01 transformador com potência nominal de 1.250 KVA, com relações de tensões elétricas nominais de 13.800 Volt para 4.160 Volt para instalação na subestação elétrica do 9º Setor Operacional de Belém, que abrange o bairro da Pedreira e áreas adjacentes.

6. Aquisição e instalação de 02 novos conjuntos motor-bombas anfíbios, na Captação de água bruta do Rio Tocantins para reforço na capacidade de abastecimento de água dos Núcleos Urbanos da Nova Marabá e Cidade Nova, no Município de Marabá;

Assentamento de 60 metros de nova rede de abastecimento de água no bairro Maracanã, município de Santarém;

7. Ampliação e melhorias nas redes de distribuição de água na Região Metropolitana de Belém:

a. Assentamento de 190 m de rede;

b. Substituição de 597 m de rede;

c. Remanejamento de 30 m de rede;

8. Instalação e substituição de 972 (novecentos e setenta e dois) aparelhos medidores de consumo de água de clientes (hidrômetros), sendo 914 unidades no Município de Ananindeua e 58 unidades no Município de Marituba.

9. Assentamento e/ou substituição de novas redes de distribuição de água em aproximadamente 4.235 metros de vias urbanas;

Nos serviços de Abastecimento de Água a Companhia produziu um volume médio de 32.393,57 m<sup>3</sup>/mês, para atender os 52 (cinquenta e dois municípios) e 9 (nove) Vilas, onde opera e manteve aproximadamente 900 Unidades Operacionais, entre estas: Captações Superficiais, Captações Subterrâneas, Estações de Tratamento de Água, Adutoras de Água Bruta e Tratada, Reservatórios Apoiados e Elevados, Sub Estações elétricas, entre outras estruturas.

Com relação ao esgotamento sanitário, vale salientar que o volume médio de esgoto coletado foi de 450.560 m<sup>3</sup>/mês, esses efluentes produzidos pela população chegam as Estações de Tratamento passando pelos sistemas coletores. Esse processo tem início nas ligações individuais de cada residência, de onde são bombeados para os coletores-tronco, que consistem em tubulações maiores, responsáveis por conduzir o material até a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), onde ele terá a destinação adequada para que possa ser devolvido da forma mais adequada ao meio ambiente.

## **GESTÃO DE PESSOAS E LOGÍSTICA**

A Companhia investiu fortemente em ações humanizadas e programas relacionados à segurança, saúde e bem-estar para proporcionar um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e seguro. Os esforços da Companhia se refletem diretamente na melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e de seus familiares.

Desenvolvemos um contínuo processo de elaboração de estratégias de atuação, em virtude das constantes demandas apresentadas e de diferentes situações, entre elas a intervenção das questões sociais, o qual envolve problemas familiares, dependência de álcool ou drogas, relacionamento interpessoal, absenteísmo, presenteísmo. Também ampliamos com a equipe multidisciplinar, Palestras Educativas, Motivacionais, Atividades de Orientação sobre diversos temas, Campanhas de Prevenção de Doenças e Campanhas de Vacinação. O marco desse ano foi o trabalho de sensibilização sobre inclusão, quando apresentamos ações realizadas e propostas da empresa quanto à inclusão, especificamente sobre pessoas com deficiência e pesquisa de percepções sobre Violência de Gênero.

As políticas de valorização e cuidado aos empregados, feito importante da Gestão promovem um ambiente saudável, pois além de fortalecer o vínculo entre Empresa e colaboradores, cria-se um senso de pertencimento que impacta positivamente na motivação e bem-estar dos funcionários, contribuindo assim para a promoção da saúde mental e emocional no ambiente de trabalho e satisfação dos empregados.

Foram realizadas ações de valorização dos empregados da COSANPA, com a efetiva participação dos colaboradores nos seguintes eventos:

1. HOMENAGEM AS EMPREGADAS EM ALUSÃO AO DIA DAS MÃES.

2. HOMENAGEM AOS EMPREGADOS EM ALUSÃO AO DIA DOS PAIS – Caminhada no Utinga;

3. CERIMÔNIA DO PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO- destinado a empregados aposentados, foram realizadas 10 cerimônias que contou com a saída de 147 empregados;

4. VISITA DA IMAGEM PEREGRINA NA EMPRESA;

5. CÍRIO DE NAZARÉ – grande evento que possibilitou a homenagem dos empregados à padroeira dos paraenses, distribuição de água aos romeiros na Romaria Rodoviária enquanto a imagem passava na frente da Empresa, como também, na Procissão do Círio de Nazaré.

Estabeleceu-se um Planejamento Estratégico pautado em duas ações estratégicas de atuação, que se desdobraram em metas e ações operacionais visando a implementação de ações que promovessem a garantia de ambientes seguros de trabalho e medidas de prevenção em acidente e doenças profissionais. Avançamos na implementação de novas metodologias que corrobora o fortalecimento das ações de saúde e segurança do trabalho junto aos colaboradores, ampliando o alcance da relação empregado-COSANPA.

Com o intuito de promover e preservar a saúde dos empregados e assegurar um ambiente de trabalho harmonioso que contribua para a saúde física e emocional do colaborador, as áreas de Medicina do Trabalho e de Psicologia promoveram um trabalho eficiente, priorizando o bem-estar e a saúde organizacional.

Na área de administração de pessoas tivemos grandes avanços como: Implementação da plataforma do “Meu RH”; Implantação, manutenção e treinamento de como operacionalizar o REP – Relógio Eletrônico de Ponto, nas cidades de Capanema, Bragança, Salinas, Santarém e Marabá; Implementação, manutenção e envio das informações obrigatórias, além do acompanhamento da evolução do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, um programa do Governo Federal que une todas as principais obrigações acessórias das empresas em apenas uma plataforma, evitando, com isso, o pagamento de multa por entrega das obrigações fora do prazo estabelecido pela plataforma. Com a obrigatoriedade do módulo trabalhista, o RH vem buscando atualizar seus colaboradores através de cursos online e gratuitos sobre eSocial: Módulo Processo trabalhistas e legislação trabalhista.

No período em análise, a Companhia obteve uma significativa redução nas despesas com pessoal, consequência da implementação do Programa de Desligamento Voluntário (PDV). A medida, adotada de forma estratégica, permitiu a reorganização de nossa força de trabalho, com a saída voluntária de colaboradores, resultando em uma diminuição de custos relacionados a salários, benefícios e encargos trabalhistas. Essa iniciativa está alinhada à busca por maior eficiência operacional e à adaptação da estrutura da empresa para um ambiente de negócios mais ágil e sustentável, preservando, ao mesmo tempo, a qualidade dos serviços prestados e o compromisso com nossos colaboradores.

Vale destacar que desempenhamos papel estratégico na área de Tecnologia da Informação, com foco na melhoria contínua da qualidade de seus serviços e ações voltadas principalmente para o desenvolvimento de sistemas, modernização do parque tecnológico, segurança da informação e infraestrutura de redes. Também buscamos implementar uma série de projetos visando se preparar para um futuro tecnológico moderno e eficiente com ações relevantes como: Migração do Data Center (novo espaço tecnológico); Infraestrutura de Redes (reestruturação da rede lógica e óptica de todas as unidades, foram passados cerca de 360 metros de fibra ótica e instalados mais de 400 pontos lógicos, com substituição de **3.754 metros de cabos** antigos (CAT5) por novos, com **categoria 6 e certificados**, possibilitando um aumento na velocidade de transmissão dos dados de 100Mbps para até 10 Gbps; Implantação de Firewall; Firewall Avançado de Próxima Geração; Aquisição de Hardwares (**aquisição de 50 (cinquenta) novos computadores e um novo servidor, exclusivo para hospedagem do banco de dados da folha de pagamento**); E-mail corporativo (**migração do Zimbra para o Google Workspace**); Sistemas Corporativos (Sistema de Gestão de Riscos - GRISCOS, do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Estratégico - SAPE, do novo Sistema do COS, do novo Portal do Empregado, a atualização do Site institucional e a migração do Banco de Dados Oracle 10g para uma versão mais recente) e Documentação de Sistemas e Ativos de Rede (o processo de documentação de todos os sistemas e ativos de rede da Companhia).

Realizamos melhorias no controle de contratos e convênios no âmbito da Companhia, com a elaboração de procedimentos necessários para atender a legislação e dar celeridade na celebração de contratos, dessa forma, foram celebrados 76 (setenta e seis) contratos em 2024, dos quais 65 (sessenta e cinco) permanecem vigentes. Esses contratos resultaram de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e adesões a atas de registro de preços.

O reconhecimento da COSANPA, por meio da Portaria de Elogio nº 291/2024, emitida pelo Gabinete da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado (SEPLAD) em 4 de julho de 2024, é um importante reconhecimento institucional, que destaca o sucesso da iniciativa e a contribuição da COSANPA para o aprimoramento da gestão pública no Estado do Pará. Esse reconhecimento também reflete o compromisso da COSANPA com a inovação e a melhoria contínua na gestão pública, consolidando-a como um modelo a ser seguido por outras instituições públicas no Estado e em outras regiões do Brasil que buscam aprimorar seus processos administrativos e otimizar o uso de tecnologias para a gestão de documentos e informações.

Foram realizadas cinco retiradas do acervo documental da COSANPA para guarda terceirizada, totalizando **2.896 contêineres de 20 kg**. Esse volume corresponde a **65,8%** do total contratado, que é de **4.400 contêineres**.

Ao longo de 2024, o **Projeto Acuaré** teve avanços significativos, destacando-se pela ampliação das oportunidades de reintegração social para os detentos do Estado do Pará. A ação principal do ano foi a intensificação das atividades de capacitação e trabalho dentro da Companhia, onde os participantes realizaram serviços de manutenção, como roçagem, capina, pintura, encanamento e eletricidade. Essas atividades não só contribuíram para a melhoria das instalações da COSANPA, mas também ajudaram os detentos a desenvolver habilidades profissionais que facilitam sua inserção no mercado de trabalho. O projeto fortaleceu a criação de novos vínculos de trabalho, oferecendo uma chance real de reintegração e redução da reincidência criminal, demonstrando seu impacto positivo na vida dos participantes e na sociedade.

Realizamos também serviços que impactaram sobremaneira no andamento das atividades e melhoria do ambiente de trabalho como: Implantação da telefonia 100% IP, Instalação de Persianas em PVC nas Unidades, Aquisição e Distribuição de Roçadeiras e Melhorias na Infraestrutura Civil da COSANPA.

### **PROGRAMA COSANPA SUSTENTÁVEL**

O Programa Cosanpa Sustentável foi criado com o objetivo de promover práticas ambientais e sociais responsáveis, alinhadas aos princípios de desenvolvimento sustentável.

Por meio de ações concretas, como o uso eficiente da água, a gestão de resíduos, redução de copos descartáveis, desenvolvimento do empreendedorismo sustentável, redução de impressão, o programa reafirma o compromisso da Cosanpa com a sustentabilidade e a educação ambiental por meio de diversas iniciativas no âmbito interno e externo, garantindo um futuro mais equilibrado e sustentável para todos.

Considerando a missão institucional da Companhia de atender às necessidades de nossos clientes, superar as expectativas oferecendo água de qualidade com o objetivo de proporcionar o máximo em satisfação e saúde, valorizando o bem fundamental, que é a água, disponibilizamos pontos de hidratação através de máquinas de água gelada e potável gratuita aos frequentadores dos parques urbanos de Belém, com o objetivo de proporcionar o máximo em satisfação e saúde, valorizando o bem fundamental, que é a água.

Essas ações visam fortalecer a colaboração interinstitucional e promover práticas sustentáveis dentro da companhia e na articulação com demais órgãos e entidades.

A Companhia investiu fortemente em ações humanizadas e programas relacionados à segurança, saúde e bem-estar para proporcionar um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e seguro, para assegurar a integridade física, psicoemocional e social dos empregados.

## **FINANCEIRO**

No exercício de 2024 a receita operacional líquida foi de **R\$ 731.312.976,41**, bem como o custo dos serviços atingiu **R\$ 536.568.580,40**, ambos refletem um aumento em comparação ao exercício de 2023.

A receita foi impulsionada com as ações da Diretoria de Mercado em busca dos ativos da empresa que afetavam o ciclo operacional, o que possibilitou na mitigação das dívidas de curto prazo, não obstante, o custo do serviço foi majorado devido as ações de captação de recursos

O exercício de 2024 encerrou com um prejuízo líquido de **R\$ 304.884.941,61** (Trezentos e quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta e um centavos), o prejuízo apresentado ocorreu, principalmente, pela correção monetária de juros decorrentes de negociações de débitos junto a PGFN e RFB efetuados em 2024, pois apesar das parcelas serem iguais e sucessivas, no momento do pagamento sofrem correção para valor presente devido à perda econômica do dinheiro, e, ajustes de despesas contidas em Obras em Andamento que totalizam um valor de R\$ 113.782.069,01 (Cento e treze milhões setecentos e oitenta e dois mil, sessenta e nove reais e um centavo).

O resultado do exercício de 2024 contrasta com o lucro de **R\$ 1.002.614.063,86** obtido em 2023, lucro este que foi resultado, principalmente, em uma redução no valor de R\$ 1.154.617.405,43 (Um bilhão, cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e dezessete mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e três centavos) decorrentes da negociação de dívidas de processos de débitos junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN no Primeiro Termo Aditivo de Transação individual – Processo SEI nº 12221.101904/2023-31 realizado no ano de 2023, a renegociação de dívidas junto à PGFN resultou em um parcelamento de **R\$ 193.660.390,40** (Cento e noventa e três milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e noventa reais e quarenta centavos), deste montante **11.180.977,87** (Onze milhões, cento e oitenta mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos) foram pagos em 2024.

Vale ressaltar que no exercício de 2023 ocorreu um lucro econômico devido as informações descritas, não se caracterizando em lucro financeiro. Não obstante o lucro de **R\$ 1.002.614.063,86** obtido em 2023, influenciou as informações fiscais enviadas via ECD e ECF fazendo a COSANPA receber uma restituição de quase R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e a possibilidade de abater quase R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em tributos mediante compensação.

A título de aumento de capital, o Governo do Estado aportou **R\$ 195,61 milhões** no exercício de 2024, superior aos **R\$ 155,89 milhões** realizado no ano de 2023.

## **INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIRO**

<b>INDICADORES</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
EBITDA (R\$ milhões)	(20,4)	(1.159,30)
Liquidez Corrente	0,69	0,37
Liquidez Geral	1,98	0,30
Endividamento Geral (%)	50,6	42,97
Margem Líquida (*)	(0,39)	(0,50)
Grau de Endividamento (*)	1,02	0,43
Retorno sobre Patrimônio Líquido (*)	(0,22)	(0,61)
Índice de Suficiência de Caixa (**)		

(\*) Indicadores referenciais utilizados para comprovação da Capacidade Econômica Financeira, baseada no Decreto nº 11.598 de 12 de julho de 2023.

(\*\*) Este Índice é calculado com dados extraídos do SNIS

Belém (Pa), 17 de fevereiro de 2025.

JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES JUNIOR

Presidente

VITOR AUGUSTO DA SILVA BORGES

Diretor Financeiro

ANTONIO CARLOS CRISOSTOMO FERNANDES

Diretor de Operações

PALOMA MACIEL LINS

Diretora de Gestão de Pessoas e Logística

PAULO ANDRÉ LIMA CAVALCANTE

Diretor de Mercado

HÉLIO BRAZÃO E SILVA

Diretor de Expansão e Tecnologia

## **RESULTADO DO EXERCÍCIO**

### **BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

<b>ATIVO</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Notas</b>		
	<b>Explicativ</b>	<b>272.110.252,2</b>	<b>182.147.547,41</b>
Caixa e Equivalente de Caixa		27.766.910,46	15.735.215,53
Depósitos Bancários Livres		26.579.951,99	14.574.472,35
Depósitos Bancários Vinculados		1.186.958,47	1.160.743,18
Contas a Receber de Clientes	4	320.676.532,14	143.971.640,99
Outras Contas a Receber		6.401.368,37	3.902.323,21
Adiantamento a Funcionários		2.449.274,34	
Despesas do Exercício Seguinte		621.438,93	640.768,44
Impostos e Contribuições a recuperar		8.538.888,46	5.235.545,30
Almoxarifado		1.657.860,26	2.720.959,36
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.686.183.131,55</b>	
Realizável a Longo Prazo		78.808.299,39	189.879.993,66
Impostos/Contribuições s/ Prej. Fiscal a	5	65.587.710,29	67.712.288,30
Depósitos Judiciais	9	11.167.238,31	10.476.404,75
Contas a Receber de Clientes	4	2.053.350,79	111.691.300,61
Intangível Líquido	6 <sup>a</sup>	1.522.369.313,9	1.365.146.985,74
Imobilizado Técnico Líquido	6b	9.696.854,90	9.376.152,66
Obras em Andamento	6b	881.641.086,24	1.121.779.999,49
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.864.634.807,</b>	<b>2.868.330.678,96</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Notas</b>	<b>540.934.850,6</b>	<b>494.573.877,47</b>
	<b>Explicativ</b>	<b>0</b>	
Fornecedores		232.641.617,30	141.597.113,76
Renegociação de Dívidas	7	4.878.693,10	5.302.594,58
Impostos e Contribuições	7	182.479.412,53	227.907.955,12
Outras Contas a Pagar			
Contingência a Pagar	8		
Financiamentos Internos – Arrend. Mercantil	16		72.926.835,00
Provisões Trabalhistas	10		19.011.412,21
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>908.908.290,9</b>	<b>738.039.033,57</b>
Impostos e Contribuições	7	301.619.956,64	151.767.690,14
Provisões para Contingência		38.561.480,52	27.546.982,46
Financiamentos Internos- Arrend. Mercantil	16	503.139.143,45	491.012.072,63
Tributo Diferido	5	65.587.710,33	67.712.288,34
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.414.791.666,</b>	<b>1.635.717.767,92</b>
Capital Social	11a	4.127.088.223,2	3.977.088.223,27
Créditos para Aumento de Capital	11b	197.799.444,01	152.183.113,06
Reserva de Reavaliação	11c	127.317.320,24	131.441.501,11
Prejuízos Acumulados		-	-2.624.995.069,52
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.864.634.807,</b>	<b>2.868.330.678,96</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES JUNIOR

Presidente

PALOMA MACIEL LINS

Diretora de Gestão de Pessoas e Logística

VITOR AUGUSTO DA SILVA BORGES

Diretor Financeiro

PAULO ANDRÉ LIMA CAVALCANTE

Diretor de Mercado

ANTONIO CARLOS CRISOSTOMO FERNANDES

Diretor de Operações

HÉLIO BRAZÃO E SILVA

Diretor de Expansão e Tecnologia

ALESSANDRA ROCHA DE MIRANDA

Contador – CRC-PA-011073/O-1

### **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	<b>Notas</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
		<b>780.169.317,40</b>	<b>709.010.468,39</b>
Custo dos Serviços	13	(536.568.580,40)	(502.190.401,91)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>243.600.737,00</b>	<b>206.820.066,48</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
<b>Despesas Comerciais</b>		<b>(262.885.875,21)</b>	<b>(180.830.912,34)</b>
Pessoal		(8.832.460,88)	(9.747.804,84)
Serviços de Terceiros			
Depreciação, Provisões e Amortização		(208.362.338,81)	(137.169.583,13)
Outras		(298.860,09)	(332.108,92)
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>		<b>(187.907.666,00)</b>	<b>(128.289.445,02)</b>
Pessoal		(85.139.265,54)	(78.600.833,09)
Serviços de Terceiros		(26.638.373,61)	(26.410.896,01)

Depreciação, Provisões e Amortização	(14.979.655,16)	(18.054.145,16)
Tributárias	(55.828.774,93)	(56.520,45)
Outras	(5.321.596,76)	(5.167.050,31)
<b>Despesas/Receitas Financeiras</b>	<b>(139.017.277,89)</b>	<b>(89.512.897,16)</b>
Juros e Encargos Financeiros	(144.286.233,51)	(94.354.337,52)
Receitas Financeiras	5.268.955,62	4.841.440,36
<b>Outras Despesas/Receitas</b>	<b>41.325.140,49</b>	<b>1.194.427.251,89</b>
Ressarcimento e indenizações	(3.462.968,14)	(922.260,46)
Reversão de Provisão Constituída	46.172.162,09	1.199.394.651,03
Outras Receitas	782.432,84	1.635.171,88
Outras Despesas	(2.166.486,30)	(5.680.310,56)
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA</b>	<b>17</b>	<b>(304.884.941,61)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(304.884.941,61)</b>	<b>1.002.614.063,86</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	2024	2023
Lucro/Prejuízo do exercício	(304.884.941,61)	1.002.614.063,86
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>(304.884.941,61)</b>	<b>1.002.614.063,86</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro: (Valores em Reais)

	Capital Social	Crédito para	Reserva de	Prejuízos	Total
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>3.877.088.223,27</b>	<b>96.288.806,34</b>	<b>136.364.520,22</b>	<b>(3.635.068.253,25)</b>	<b>474.673.296,58</b>
Realização Reserva de	-	-	(4.923.019,11)	4.923.019,11	-
Reversão da Provisão de	-	-	-	2.536.100,76	2.536.100,76
Crédito para Aumento de	-	155.894.306,72	-	-	155.894.306,72
Prejuízo Líquido do	-	-	-	1.002.614.063,86	1.002.614.063,86
Integralização do Capital	100.000.000,00	(100.000.000,00)	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>3.977.088.223,27</b>	<b>152.183.113,06</b>		<b>(2.624.995.069,52)</b>	<b>1.635.717.767,92</b>
Realização Reserva de	-	-	(4.124.180,87)	4.124.180,87	-
Reversão da Provisão de	-	-	-	2.124.578,02	2.124.578,02
Crédito para Aumento de	-	195.616.330,95	-	-	195.616.330,95
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	(304.884.941,61)	(304.884.941,61)
Ajustes de Exercícios	-	-	-	(113.782.069,01)	(113.782.069,01)
Integralização do Capital	150.000.000,00	(150.000.000,00)	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>4.127.088.223,27</b>	<b>197.799.444,01</b>	<b>127.317.320,24</b>	<b>(3.037.413.321,26)</b>	<b>1.414.791.666,26</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – METODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	2024	2023
<b>Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>(304.884.941,61)</b>	<b>1.002.614.063,86</b>
<b>Reversão de Depósitos Judiciais</b>	<b>(690.833,56)</b>	
<b>Recuperação de Impostos</b>	<b>(32.306.573,43)</b>	
<b>Reversão de provisão Contingência Trabalhistas e cíveis</b>	<b>-</b>	<b>(37.777.234,31)</b>
<b>Provisão para Contingências Trabalhistas/ Cíveis</b>	<b>(3.148.544,29)</b>	<b>(207.460,01)</b>
<b>Provisão para Devedores Duvidosos</b>	<b>208.361.701,33</b>	<b>137.167.580,86</b>
<b>Provisão/Reversão de IRPJ e CSLL DIFERIDO/PREUIZO FSCAL</b>	<b>2.124.635,68</b>	<b>4.426.165,32</b>
<b>Indenização e Ressarcimento de Despesas</b>	<b>(13.865.588,66)</b>	<b>(12.120.526,19)</b>
<b>Depreciação</b>	<b>73.963.406,58</b>	<b>67.190.737,06</b>
<b>Provisão Cível</b>	<b>14.212.885,35</b>	<b>17.202.525,08</b>
<b>Extinção de Crédito Tributário na PGFN</b>	<b>-</b>	<b>(1.149.496.890,53)</b>
<b>Custos das Baixas do Ativo Permanente</b>	<b>41.850,62</b>	<b>60.831,11</b>
<b>Transferência do Longo para o Curto Prazo</b>	<b>(2.727.251,84)</b>	<b>(3.272.700,48)</b>
<b>Variações Monetárias s/ impostos</b>	<b>138.571.753,35</b>	<b>90.114.304,49</b>
<b>TOTAL</b>	<b>79.652.499,52</b>	<b>115.901.396,26</b>
<b>Variações nas contas do Ativo</b>	<b>(400.825.894,44)</b>	<b>215.744.058,00</b>
Contas a Receber de Clientes	(410.356.143,18)	(338.016.760,44)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(13.774.433,76)	(23.649,50)
Estoques	1.063.099,10	(84.424,34)
Outras Contas a Receber	314.290,71	(7.130.686,30)
Deposito Judicial	(690.833,56)	(4.394.191,53)

Ativo Direito de Uso – Água do Guamá

22.618.126,25

565.393.770,11

<b><u>Variações nas Contas do Passivo</u></b>	<b><u>211.810.242,69</u></b>	<b><u>(383.005.391,17)</u></b>
Fornecedores	91.044.503,54	39.516.634,41
Impostos e Contribuições a Recolher	(41.958.610,35)	(1.129.537.789,17)
Parcelamento de Tributos	(423.901,48)	(443.803,92)
Contingências Judiciais e Fiscais	945.329,67	709.213,44
Provisões Trabalhistas	(3.148.544,29)	207.460,01
Outras Contas a Pagar	(97.803,96)	(723.359,93)
Financiamento Interno – Arrendamento Mercantil	3.469.932,24	72.926.835,00
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo	161.979.337,32	634.339.419,03
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas – Atividades Operacionais</b>	<b>(106.180.039,17)</b>	<b>(51.359.936,91)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b><u>Aplicação no Ativo Permanente</u></b>	<b><u>(76.404.596,85)</u></b>	<b><u>(122.195.421,50)</u></b>
Sistema de Abastecimento de Água	(57.289.000,57)	(108.278.877,62)
Sistema de Esgotamento Sanitário	(4.860,00)	(12.099.394,54)
Bens de Uso Geral	(1.612.104,09)	(1.817.149,34)
Projetos corporativos - PRODESAN	(17.496.632,19)	-
<b>Disponibilidades Geradas – Atividades de Investimento</b>	<b>(76.404.596,85)</b>	<b>(122.195.421,50)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b><u>Financiamentos</u></b>	<b><u>197.799.444,01</u></b>	<b><u>155.894.306,72</u></b>
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	150.000.000,00	-
Ajustes Exercícios Anteriores	47.799.444,01	55.894.306,72
<b>Disponibilidades Geradas – Atividades de Financiamentos</b>	<b>197.799.444,01</b>	<b>155.894.306,72</b>
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b><u>12.031.694,93</u></b>	<b><u>(17.661.051,69)</u></b>
<b>No Início do Exercício</b>	<b>15.735.215,53</b>	<b>33.396.267,22</b>
<b>No Final do Exercício</b>	<b>27.766.910,46</b>	<b>15.735.215,53</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>12.031.694,93</b>	<b>(17.661.051,69)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### **DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

DESCRIÇÃO	2024	2023
<b>1 – RECEITA</b>	<b>731.312.976,41</b>	<b>1.838.012.778,80</b>
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	894.886.569,11	779.830.847,31
1.2) Provisão para Perda de Crédito e Liquidação Duvidosa	(208.361.701,33)	(137.167.580,86)
1.3) Outras Receitas/Despesas	44.788.108,63	1.195.349.512,35
<b>2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIRO (inclui ICM e</b>	<b>400.077.230,25</b>	<b>349.078.872,05</b>
2.1) Matéria-prima Consumida	21.667.462,14	1.409.305,95
2.2) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	2.212.852,09	803.693,16
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	136.925.088,01	121.686.501,88
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	239.271.828,01	225.179.371,07
<b>3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>331.235.746,16</b>	<b>1.488.933.906,75</b>
<b>4 – RETENÇÕES</b>	<b>73.963.406,58</b>	<b>67.190.737,06</b>
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	73.963.406,58	67.190.737,06
<b>5 – VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA</b>		
<b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM</b>		
6.1) Receitas Financeiras		
<b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>262.541.295,20</b>	<b>1.426.584.610,05</b>
<b>8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>262.541.295,20</b>	<b>1.426.584.610,05</b>
8.1) Pessoal e Encargos	<u>281.437.581,95</u>	<u>257.817.048,84</u>
- Direta	140.409.782,71	153.002.219,03
- Encargos	44.242.392,41	48.946.399,21
- Benefícios	96.785.406,83	55.868.430,60
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	<u>138.239.453,21</u>	<u>70.876.899,37</u>
- Federal	137.942.927,97	70.820.378,92
- Municipal	296.525,24	56.520,45
8.3) Juros e Variações Monetárias	144.286.233,51	94.354.337,52
8.4) Despesa Financeira + Outras operacionais	3.462.968,14	922.260,46
8.5) Lucro/Prejuízo Retido	(304.884.941,61)	1.002.614.063,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

(Valores em Reais)

#### **NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.**

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4.336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei Estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

No dia 27 de dezembro de 2024, foi publicado em Diário Oficial do Estado nº 36.081, Extrato de Edital da Concessão Pública Internacional nº 002/2024 Processo nº 2024/2525947. Com data de abertura de Licitação prevista para dia 11 de abril de 2025. Tem como objeto a concessão de prestação regionalizada dos serviços, com exclusividade, na área de concessão, em cada um dos quatro blocos, por meio de exploração das infraestruturas integrantes do sistema, de acordo com a descrição, as características e especificações técnicas detalhadas neste edital, no contrato, em seus respectivos anexos, no Plano Regional de Saneamento básico e na legislação e na regulamentação aplicáveis.

Cronologia dos instrumentos Legais de Saneamento:

1- Resolução nº 3, de 17 de Dezembro de 2024, define a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos Estado do Pará (ARCON-PA) como entidade reguladora dos reguladora dos serviços públicos que integram funções públicas de interesse comum no âmbito da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE), de que trata o inciso VII art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 171, de 21 de dezembro de 2023.

2- Lei Complementar nº 171, de 21 de dezembro de 2023, que institui a Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE) e sua estrutura de governança, que estabelece no art. 17 como competência da ARCON as funções de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em todos os municípios do Estado do Pará em que não se tenha atribuído o exercício dessas funções para outra entidade de regulação, nos 12 meses anteriores à vigência da referida Lei, a ARCON tornou-se a Agência Reguladora também nos demais 51 (cinquenta e um) municípios operados pela COSANPA.

3- Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 a COSANPA protocolou o Requerimento onde apresentou Plano de metas para a Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira da Companhia, junto a Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON e a Agência Reguladora Municipal de Belém – ARBEL.

4- Decreto federal nº 10.710 de 31 de maio de 2021, que determinou os requisitos para a comprovação da Capacidade Econômico-financeira. A Cosanpa não obteve os referenciais mínimos para atender a primeira Etapa. Porém os contratos de Concessões estavam vigentes, porém não regulamentados.

5- A Lei nº 14.026/2020 definiu em seu art. 10 que a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

6- Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

7- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

8- Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação a unidades regionais.

9- Lei nº 11.445/2007, foi estabelecido o marco regulatório do saneamento no país, e a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização, foi sancionado o Decreto federal nº 10.710 de 31 de maio de 2021. Tal Decreto foi revogado pelo Decreto federal nº 11.466 de 05 de abril de 2023, por sua vez revogado pelo Decreto federal nº 11.598 de 12 de julho de 2023.

10- Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal

11- Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos

12- Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

A COSANPA é responsável pela prestação de serviços de água e esgoto em 52 municípios do Estado. Sendo 08(oito) Contratos de programa com os municípios de Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Marituba, Monte Alegre e Santarém.

Foram celebrados 34 (trinta e quatro) convênios de Cooperação com os municípios de Abaetetuba, Anajás, Bragança, Breu Branco, Cachoeira do Arari, Capanema, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Faro, Igarapé Miri, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Marapanim, Mocajuba, Moju, Nova Timboteua, Óbidos, Ourém, Oriximiná, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salinópolis, Salvaterra, São Félix do Xingu, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Soure, Terra Santa, Tracuateua, Vigia e Viseu.

Atualmente 10 (dez) municípios, sendo estes: Afuá, Augusto Corrêa, Capitão Poço, Inhangapi, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Tailândia estão com seus contratos de concessões vencidos, porém com o serviço prestado regularmente por esta prestadora. Para regularização da situação contratual nos municípios, a COSANPA aguarda os trâmites em atendimento ao Decreto federal nº 11.598 de 12 de julho de 2023.

Com a assinatura de Contrato de Programa com o município de Belém, em novembro de 2015, a COSANPA passou a atuar no cenário de regulação, através da agência reguladora municipal, a Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém-AMAE, no ano de 2020 foi transformada em Agência Reguladora Municipal de Belém – ARBEL, através da Lei Ordinária nº 9.576, de 13 de maio de 2020.

No município de Santarém, a partir do Contrato de Programa nº001/2013 assinado entre a prefeitura municipal e a COSANPA, foi assinado também o convênio de cooperação com a agência reguladora ARCON em 2016, passando a ter os serviços prestados regulados pela Agência. A partir da Lei

Complementar nº 171, de 21 de dezembro de 2023, que institui a Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE) e sua estrutura de governança, que estabelece no art. 17 como competência da ARCON as funções de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em todos os municípios do Estado do Pará em que não se tenha atribuído o exercício dessas funções para outra entidade de regulação, nos 12 meses anteriores à vigência da referida Lei, a ARCON tornou-se a Agência Reguladora também nos demais 50 (cinquenta) municípios operados pela COSANPA.

Outrossim, em atendimento ao Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023, a COSANPA protocolou em dezembro de 2023 o Requerimento de Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira da Companhia, junto a Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON e a Agência Reguladora Municipal de Belém – ARBEL e aguarda a análise das agências reguladoras para atestar a Capacidade Econômico-Financeira da Companhia.

## **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o teste de recuperabilidade (Impairment) dos seus ativos (IAS 36), considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a reavaliação parcial dos ativos efetuadas no exercício de 2023 indicam que os mesmos se encontram subavaliados, que demandaria um novo processo de avaliação de ativos e neste caso, a Companhia não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, e optou pela não realização dessa avaliação dos ativos bem como pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

## **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.**

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

### **a) Contas a Receber de Clientes**

Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.

### **b) Provisão para Perdas na Realização de Crédito**

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

### **c) Depósitos Judiciais**

São registrados pelo valor original do depósito.

### **d) Almoxarifado**

O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

### **e) Intangível**

A Companhia, em atendimento a Lei nº 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 e nº Lei 11.445/07, apropriou no intangível os bens patrimoniais vinculados a operação. Serviços públicos comuns aos municípios de regiões metropolitanas, como saneamento básico e transporte, devem ser geridos por um conselho integrado pelo estado e pelos municípios envolvidos. "A região metropolitana deve, como ente colegiado, planejar, executar e funcionar como poder concedente dos serviços de saneamento básico, inclusive por meio de agência reguladora se for o caso, de sorte a atender ao interesse comum e à autonomia municipal". Foram mantidas as mesmas taxas de depreciação para as amortizações.

### **f) Imobilizado**

Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens procedida em anos anteriores. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens. O imobilizado ainda não foi submetido ao teste de recuperabilidade conforme nota explicativa nº 2.

### **g) Obras em Andamento**

Os investimentos em obras são registrados ao custo da aquisição.

### **h) Imposto de Renda e Contribuição Social**

Quando apurados, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%. O imposto de renda e contribuição social diferido, apurados sobre a reserva de reavaliação parcial dos bens, procedidas em anos anteriores, foram calculados com base nas alíquotas vigentes desses impostos e registrados no passivo não circulante.

### **i) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante**

Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.

### **j) Reserva de Reavaliação**

É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos reavaliados.

### **k) Despesas Capitalizáveis**

Os gastos com pessoal envolvido na execução e supervisão das obras em andamento, bem como gastos e despesas indiretas são apropriados mensalmente às obras em curso.

### **l) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

#### m) Variações Monetárias e Cambiais

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

#### NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.

a) As perdas no recebimento de créditos são constituídas com base nos limites de dedutibilidade fiscal conforme legislação vigente. E a provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na análise das contas a receber de clientes, especialmente sobre os valores vencidos, levando-se em consideração a expectativa de sua recuperação.

b) As contas a receber de usuários apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro:

FAIXA DE IDADE			2024	2023
	PARTICULAR	PÚBLICA	TOTAL	TOTAL
A Vencer	<b>165.792.638,07</b>	<b>4.500.450,60</b>	<b>170.293.088,67</b>	<b>147.608.556,03</b>
Vencidas até 90 dias	<b>86.018.715,62</b>	<b>7.504.554,23</b>	<b>93.523.269,85</b>	<b>72.445.804,98</b>
Vencidas de 91 a 180 dias	<b>75.127.822,29</b>	<b>3.568.304,41</b>	<b>78.696.126,70</b>	<b>53.327.430,93</b>
Vencidas a mais de 181 dias	<b>1.079.889.740,34</b>	<b>35.229.732,08</b>	<b>1.115.119.472,42</b>	<b>954.808.838,38</b>
<b>Sub-total</b>	<b>1.406.828.916,32</b>	<b>50.803.041,32</b>	<b>1.457.631.957,64</b>	<b>1.228.190.630,32(*)</b>
Perdas no Recebimento de Arrecadação à Discriminar	<b>(1.079.889.740,34)</b>	<b>(35.229.732,08)</b>	<b>(1.115.119.472,42)</b>	<b>(954.808.838,38)</b>
Recebimento com Incorreção	<b>(5.082.045,54)</b>	-	<b>(5.082.045,54)</b>	<b>(5.044.169,31)</b>
	<b>(14.700.556,75)</b>	-	<b>(14.700.556,75)</b>	<b>(12.674.681,03)</b>
<b>Total</b>		<b>15.573.309,24</b>	<b>322.729.882,93</b>	<b>255.662.941,60</b>
Longo Prazo			<b>2.053.350,79</b>	<b>111.691.300,61</b>
Curto Prazo	<b>305.103.222,90</b>	<b>15.573.309,24</b>	<b>320.676.532,14</b>	<b>143.971.640,99</b>

b.1) O Total de 2022 e 2023, refere-se ao Valor Bruto (\*) e sem dedução da Conta "a Faturar", que representam valores em trânsito de um mês para outro, sendo para 2023 o valor de R\$ 48.131.015,75 e para 2024 R\$ 52.091.332,96. Ressalta-se que além do valor total do contas a receber de 2023, de R\$ 22.510.071,73, existe do saldo em 31/12/2024, o valor de R\$ 32.113.894,09 referente ao Contas a Receber – Água Pará.

b.2) Água Pará: De acordo com a Lei Estadual nº 9.317 de 22/09/2021 instituiu o Programa Estadual "Água Pará" que visa possibilitar o pagamento dos custos de obtenção de água potável para família de baixa renda. No art 4º desta Lei, estabelece que para execução do Programa Água Pará, o Governo do Estado do Pará responsabilizou-se pelo pagamento mensal do consumo de até 20 m3 (vinte metros cúbicos) de água, de acordo com a medição constante na fatura, o qual foi efetuado diretamente pela COSANPA, conforme regulamento. Os Valores faturados pelo consumo de água potável para os cidadãos beneficiados pelo Programa Água Pará, alcançou montantes mensais, conforme abaixo discriminados:

#### Mês: PROGRAMA ÁGUA PARÁ

Janeiro	2024- R\$	24.650.952,43
Fevereiro	2024- R\$	24.626.094,02
Março	2024- R\$	22.273.145,53
Abril	2024- R\$	21.654.667,27
Mai	2024- R\$	21.209.310,22
Junho	2024- R\$	21.134.334,90
Julho	2024- R\$	21.150.514,58
Agosto	2024- R\$	21.596.307,23
Setembro	2024- R\$	22.195.101,03
Outubro	2024- R\$	22.300.789,21
Novembro	2024- R\$	22.375.033,27
Dezembro	2024- R\$	22.036.022,59
Total	R\$	267.202.272,28

c) A movimentação da provisão para perdas na realização dos créditos foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Saldo no Início do Exercício	(954.808.838,38)	(859.317.846,36)
Valores Registrados como Perda	(208.361.701,33)	(137.438.736,89)
Baixas Ocorridas		
Saldo no Final do Exercício	(1.115.119.472,42)	(954.808.838,38)

#### NOTA 5 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Considerando a existência de prejuízos fiscais compensáveis em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 94.416.544,26 em montante igual a provisão de IR/CSLL a pagar sobre a Reserva de Reavaliação a realizar existente, baseada na Deliberação CVM nº 599/09 (item 34 alínea "a" item 36). A administração da companhia tem expectativa de realização de prejuízos fiscais com base em resultados positivos futuros, considerando o programa de recuperação/recomposição tarifária que será implementado nos próximos exercícios. O valor da realização do imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2024 foi de R\$ 2.124.578,01 ficando o saldo em 31/12/2024 de R\$ 65.587.710,29.

#### NOTA 6 – INTANGÍVEL E IMOBILIZADO.

##### a) Intangível

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição por Conta	2024	2023
Sistema de Água	1.772.556.802,35	1.549.006.946,91

Sistema de Esgoto	220.821.420,44	220.821.420,44
Sistema de Água – Reavaliação	326.447.740,65	326.447.740,65
Sistema de Esgoto – Reavaliação	3.849.832,64	3.849.832,64
<b>Sub-total</b>	<b>2.323.675.796,08</b>	<b>2.100.125.940,64</b>
Amortização Acumulada – Sistema de Água	(621.209.930,60)	(569.086.837,32)
Amortização Acumulada – Sistema de Esgoto	(41.711.638,55)	(33.755.402,15)
Amortização Acumulada – Reavaliação	(138.384.912,94)	(132.136.715,43)
<b>Total</b>	<b>1.522.369.313,99</b>	<b>1.365.146.985,74</b>

Descrição							2024	
2023								
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Amortização Custo	Amortização Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido	
Terrenos	0,0	47.964.387,04	58.179.120,54	2.051,65	0,00	106.141.455,93	106.141.455,93	
Poços	5%	51.208.143,33	1.735.562,91	12.500.219,82	1.732.237,14	38.711.249,28	10.683.458,14	
Barragem	3%	0,00	4.534.917,51	0,00	3.634.049,38	900.868,13	1.075.561,25	
Benfeitoria	2%	15.983.905,54	0,00	255.042,43	0,00	15.728.863,11		
Construção Civil	4%	551.850.764,24	96.232.221,48	188.882.031,04	92.715.280,93	366.485.673,75	309.390.437,60	
Instalações	10%	51.405.377,88	876.676,57	49.030.246,67	871.114,24	2.380.693,54	53.966,22	
Hidrômetros	10%	8.370.128,08	0,00	8.235.626,00	0,00	134.502,08	195.163,52	
Ligações	5%	16.760.530,46	4.170.670,08	13.123.529,54	3.344.700,88	4.462.970,12	5.580.481,88	
Tubulações	2%	405.822.716,85	264.825.981,96	177.109.375,77	119.776.171,83	373.763.151,21	366.961.950,29	
Equipamentos	10%	137.563.848,13	17.927.252,05	70.786.218,83	16.348.366,52	68.356.514,83	22.270.513,32	
Equip.	20%	20.409,10	0,00	18.059,10	0,00	2.350,00	2.950,00	
Máquinas/Trator	25%	0,00	14.170,00	0,00	14.170,00	0,00	0,00	
Veículos	20%	170.464,08	21.000,00	149.033,61	4.655,28	37.775,19	40.749,03	
Ferramentas	20%	0,00	25.651,89	0,00	25.406,85	245,04	250,56	
<b>ATIVO DIREITO DE USO - Águas do Guamã (*)</b>		<b>588.011.896,36</b>		<b>42.748.894,58</b>		<b>545.263.001,78</b>	<b>542.750.048,00</b>	
<b>Total</b>		<b>1.875.132.571,</b>	<b>448.543.224,</b>	<b>562.840.329,</b>	<b>238.466.153,</b>	<b>1.522.369.313,</b>	<b>1.365.146.985,</b>	

(\*) A Escrituração do Contrato nº 038/2016, foi realizada através da atualização pelo valor presente. A Unidade de Serviços de Contabilidade – USCO-DF/COSANPA não recebeu qualquer informação sobre o Inventário dos bens de Direito de Uso referentes ao Contrato do Consórcio Águas do Guamã. O Contrato está registrado em Ativo de Direito de uso sem a descrição do tipo de Intangível.

#### b) Imobilizado

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
<b>Em Operação</b>		
Sistema de Água	3.818.068,06	3.794.756,02
Sistema de Esgoto	40.666,00	35.806,00
Bens de uso Geral	41.140.156,94	39.528.052,85
Bens de uso Geral – Reavaliação	7.081.875,75	7.081.875,75
<b>Sub-total</b>	<b>52.080.766,75</b>	<b>50.440.490,62</b>
Depreciação Acumulada – Sistema de Água	(3.766.219,93)	(3.759.920,65)
Depreciação Acumulada – Sistema de Esgoto	(11.848,19)	(7.596,65)
Depreciação Acumulada – Bens de Uso Geral	(32.516.338,22)	(31.207.876,57)
Depreciação Acumulada – Reavaliação	(6.089.505,51)	(6.088.944,09)
<b>Total em Operação</b>	<b>9.696.854,90</b>	<b>9.376.152,66</b>
<b>Em Construção</b>		
Sistema de Água	703.821.572,61	865.310.537,53
Sistema de Esgoto	156.713.555,17	169.647.612,45
Bens de Uso Geral	18.900,00	18.900,00
Projetos Corporativos	1.208.288,40	-
Gerenciamento de Projeto	18.322.584,39	83.627.935,86
Implantação de Software	1.418.075,00	1.418.075,00
Obras em Processo de Imobilização	138.110,67	138.110,67
<b>Total em Construção</b>	<b>881.641.086,24</b>	<b>1.120.161.171,51</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		

Descrição						2024	2023
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Depreciação	Depreciação	Valor	Valor
Terrenos	<b>0,0</b>	0,01	1.010.262,2	0,00	0,00	1.010.262,2	1.010.262,23
Poços	<b>5%</b>	247.432,48	0,00	247.432,48	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	<b>4%</b>	4.293.451,48	11.584.781,	4.189.928,05	10.324.244,31	1.364.060,4	1.381.308,55
Instalações	<b>10%</b>	348.319,16	181.756,35	348.319,16	181.756,35	0,00	0,00

Hidrômetros	10%	1.432,16	1.438,94	1.432,16	1.438,94	0,00	0,00
Tubulações	2%	6.678,69	90.760,65	6.678,69	89.618,12	1.142,53	1.257,13
Equipamentos	10%	8.923.356,19	660.200,86	7.134.015,30	658.516,67	1.791.025,0	1.774.767,96
Móveis Utensílios	10%	6.820.427,69	96.088,73	3.059.557,75	96.088,73	3.760.869,9	
Equip Informática	20%	5.475.959,70	6.259,72	3.797.297,27	6.529,72	1.678.662,4	1.054.185,90
Máquinas/	25%	838.581,55	31.404,94	835.315,03	31.404,94	3.266,52	5.632,32
Veículos	20%	9.896.817,70	1.465.643,7	9.896.817,70	1.465.643,79	0,00	75,94
Ferramentas	20%	73.782,61	25.659,78	7.084,22	4.792,47	87.565,70	87.565,70
<b>Total</b>	<b>***</b>	<b>36.926.239,42</b>	<b>15.154.527,</b>	<b>29.523.877,8</b>	<b>12.860.034,0</b>	<b>9.696.854,9</b>	<b>9.376.152,66</b>

#### **NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Parcelamento – Ordinário	195.836.630,54	13.742.938,32
Parcelamento PGFN	191.532.054,74	193.660.390,40
Impostos e Contribuições a Recolher	100.406.128,69	177.574.911,12
<b>Total</b>	<b>487.774.813,97</b>	<b>384.978.239,84</b>
Curto Prazo	186.154.857,33	233.210.549,70
Longo Prazo	301.619.956,64	151.767.690,14

a) Em 19/07/2023, foi firmado o primeiro termo aditivo de Transação Individual – Processo SEI nº 12221.101904/2023-31-PGFN, com objetivo de equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União, neste termo a COSANPA é denominada DEVEDORA e o ESTADO DO PARÁ é o GARANTIDOR do pagamento da dívida sem desconto no montante de R\$ 1.348.277.795,83. A PGFN deliberou como valores dos Descontos o montante de R\$ 699.915.815,30 e Créditos do prejuízo Fiscal (PF) e Base de Cálculo Negativa da CSLL (BCN), o montante de R\$ 162.087.968,10 e R\$ 287.493.107,18 respectivamente. Restando um parcelamento no montante total de R\$ 193.660.390,40, que será amortizado da seguinte forma: 1º a 60ª Parcela R\$ 2.640.597,69 e 61ª a 120ª parcela R\$ 587.075,49. Desta forma, em dezembro de 2023 baixamos da Dívida ativa o montante de R\$ 1.149.496.890,58, tendo em vista que os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, c/c art. 202, VI do Código Civil, irão servir para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, renovando-se a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

b) A Companhia possui parcelamento ordinário dos tributos celebrados entre a Companhia de Saneamento do Pará, SESI e SENAI. Os parcelamentos possuem a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2024	2023
SESI	3.710.148,34	3.511.071,36
SENAI	3.322.282,78	3.143.933,90
<b>Total</b>	<b>7.032.431,12</b>	<b>6.655.005,26</b>
Curto Prazo	948.192,96	826.645,80
Longo Prazo	6.084.238,16	-

#### **NOTA 8 – CONTINGÊNCIA TRABALHISTA A PAGAR**

O valor da contingência se refere ao Acordo Coletivo de Trabalho da data base 2015/2016 que foi ajuizado o dissídio coletivo. O mesmo está dependendo de decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Por mudança de critério a Companhia aplicou o Índice INPC em Dezembro 2024 de 4,2770292 % para atualizar o valor provisionado.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Contingência a Pagar	20.762.349,71	19.817.020,04
<b>Total</b>	<b>20.762.349,71</b>	<b>19.817.020,04</b>
Curto Prazo	20.762.349,71	19.817.020,04
Longo Prazo	-	-

#### **NOTA 9 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA, QUESTÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e as provisões foram constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação utilizando o critério de risco provável. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração e nem indicação relacionada com os impostos federais que não estejam reconhecidos.

Em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão Para Contingências	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhista e Cível	3.849.728,00	5.737.084,22	(38.561.480,52)	(27.546.982,46)
Depósito Recursal	7.317.510,31	4.739.320,53		
<b>Total</b>	<b>11.167.238,31</b>	<b>10.476.404,75</b>	<b>(38.561.480,52)</b>	<b>(27.546.982,46)</b>

a) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

b) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.

c) Provisões cíveis Possíveis referentes a pedidos de indenizações em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores são de R\$ 70.223.023,52 de 31/12/2024 e R\$ 107.180.799,27 de 31/12/2023

#### **NOTA 10 – PROVISÕES TRABALHISTAS.**

Provisões trabalhistas constituídas referentes a férias e encargos sobre férias.

Descrição	2024	2023
Provisões de Férias	11.607.682,25	13.987.184,96
Provisões FGTS e INSS sobre Férias	4.255.185,67	5.024.227,25
Provisão de 13º salário	-	-
<b>Total</b>	<b>15.862.867,92</b>	<b>19.011.412,21</b>

#### **NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.**

a) Capital Social.

No exercício de 2024 houve integralização de capital, conforme a Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizada cumulativamente em 29/04/2024. O capital social autorizado da companhia está composto de 4.150.000,00 ações, sendo 3.964.784.255,00 ordinárias e 185.215.745,00 preferenciais.

Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas.

A composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Numero de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado do Pará	3.964.408.055	99,99	185.215.745,00	100	4.149.623.800	99,99
Demais Acionistas	376.200	0,01	-	-	376.200	0,01
<b>Total</b>	<b>3.964.784.255</b>	<b>100</b>	<b>185.215.745,00</b>	<b>100</b>	<b>4.150.000.000</b>	<b>100</b>

b) Créditos para Aumento de Capital

Os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	2024	2023
<b>Saldo Inicial</b>	<b>152.183.113,06</b>	<b>96.288.806,34</b>
Recursos Recebidos do Governo do Estado	195.616.330,95	155.894.306,72
Integralização de Capital	(150.000.000,00)	(100.000.000,00)
<b>Saldo Final</b>	<b>197.799.444,01</b>	<b>152.183.113,06</b>

c) Reserva de Reavaliação

Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2024 foi realizado o montante de R\$ 4.124.180,87(R\$ 4.923.019,11 em 2023).

#### **NOTA 12 – RECEITAS OPERACIONAIS**

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2024	2023
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>951.619.594,51</b>	<b>810.121.899,62</b>
Receita de Serviço de Água	846.581.499,75	729.956.119,38
Receita de Serviço de Esgoto	88.738.709,86	72.185.519,99
Outros Serviços	16.299.384,90	7.980.260,25
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(171.450.277,11)</b>	<b>(101.111.431,23)</b>
COFINS	(94.254.163,88)	(58.187.472,37)
PASEP	(20.463.087,83)	(12.632.906,56)
Cancelamentos/Devoluções	(42.574.098,29)	(25.339.364,54)
Descontos Concedidos	(14.158.927,11)	(4.951.687,54)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>780.169.317,40</b>	<b>709.010.468,39</b>

#### **NOTA 13 – CUSTO DOS SERVIÇOS**

Os custos dos serviços apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2024	2023
Pessoal	(187.465.855,53)	(169.468.410,91)
Material	(21.667.462,14)	(1.409.305,95)
Energia Elétrica	(136.925.088,01)	(121.686.501,88)
Serviço de Terceiros	(149.674.626,70)	(166.694.121,67)

Depreciações e Amortizações	(73.027.442,76)	(66.337.114,71)
Outros Custos	(114.678,69)	(139.423,63)
Crédito PIS/COFINS	32.306.573,43	23.544.476,84
<b>Saldo Final</b>	<b>(536.568.580,40)</b>	<b>(502.190.401,91)</b>

#### **NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os métodos utilizados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

a) Disponibilidades:

Os valores de depósitos bancários livres e vinculados, divulgados no balanço patrimonial da Companhia, estão com seus valores de mercado.

b) Contas a Receber e Contas a Pagar

Os valores divulgados no balanço patrimonial para as contas a receber e contas a pagar, aproximam-se dos seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e ausência de atualizações monetárias sobre as parcelas vencidas de contas a receber.

c) Empréstimo em Moeda Estrangeira

O valor do empréstimo em moeda estrangeira está atualizado pela variação cambial ocorrida até o encerramento do exercício e não incluem encargos futuros em seu saldo.

d) Outras Contas

Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta apresenta diferença relevante entre os valores registrados e seus valores prováveis de realização. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa afetar significativamente os montantes registrados.

e) Risco de crédito

Grande parte da população do Estado do Pará é atendida pela Companhia. Considerando o ramo de atividade, não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto a Companhia tem envidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de diversas ações junto aos seus clientes.

#### **NOTA 15 – SEGURO.**

A companhia não possui apólice de seguro em vigência para os bens de sua propriedade.

**NOTA 16 – Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os ajustes realizados em 2024, visaram corrigir a Contabilização de despesas contidas no registro contábil da conta de Obras em andamento desde 2022, despesas como o PAC SOCIAL (Serviços prestados PF, Locação de Carros) e Encibra (Contrato nº 075/2019 – Gerenciamento de Projetos), representando o montante de R\$ 113.782.069,01 (Cento de treze Milhões, setecentos e oitenta e dois mil e sessenta e nove Reais e um centavo).

#### **PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

##### **PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, no exercício de suas competências e em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e a legislação vigente, procedeu à análise das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

Após exame detalhado das informações financeiras apresentadas, o Conselho de Administração delibera pela aprovação das Demonstrações Contábeis e das contas da Diretoria, considerando que estas refletem, de forma adequada e transparente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, observadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, tendo em vista as recomendações apontadas pelos auditores independentes e pelo Conselho Fiscal, o Conselho de Administração reforça a necessidade de adoção das seguintes medidas:

1. Aprimoramento do Sistema de Contas a Receber e Redução da Inadimplência – Implementar mecanismos mais eficazes para recuperação de créditos vencidos, aprimorando a Provisão para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a fim de garantir que sua metodologia contemple a segregação de diferentes tipos de devedores e reflita adequadamente os impactos do programa "Água Pará" sobre os valores provisionados.
2. Regularização da Conta "Obras em Andamento" – Acelerar a regularização das obras concluídas, garantindo a correta contabilização dos ativos e sua adequada classificação, conforme exigências contábeis. Além disso, recomenda-se a formalização dos contratos de concessão vencidos, de modo a evitar riscos à amortização de ativos intangíveis e imobilizados, preservando a integridade patrimonial da Companhia.
3. Gestão Fiscal e Tributária – Proceder à regularização tempestiva dos tributos correntes e passivos, reduzindo a exposição a contingências fiscais e garantindo a conformidade legal da Companhia. Além disso, revisar a viabilidade dos ativos fiscais diferidos, considerando a possibilidade de sua prescrição, diante dos recorrentes prejuízos fiscais apurados nos últimos exercícios.
4. Controle de Gastos com Pessoal – Estabelecer diretrizes para que as despesas com pessoal não excedam a reposição inflacionária do período, assegurando que o crescimento dessas despesas não comprometa a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

Com base nessas considerações e recomendações, o Conselho de Administração emite parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 e recomenda à Assembleia Geral Ordinária a aprovação das contas da Diretoria, determinando ainda a publicação das demonstrações contábeis em atendimento ao artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/76.

Belém, 25 de fevereiro de 2025.

EDUARDO DE CASTRO RIBEIRO JUNIOR

Presidente

DINA ELARRAT DE ARAÚJO GAMA

Titular

JOSÉ F. DE M. GOMES JÚNIOR

ROMOLO ARAÚJO MARTINS

Titular

Titular

LUIS ANDRE H. G. DE OLIVEIRA

Titular

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, no exercício de suas atribuições estatutárias e legais, procedeu à análise das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, que examinou a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa.

Com base nos documentos apresentados, o Conselho Fiscal delibera pela aprovação das contas e demonstrações contábeis da Diretoria, considerando que estas refletem, de forma adequada, a situação econômico-financeira da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, com o objetivo de aprimorar a governança financeira e mitigar riscos operacionais, o Conselho Fiscal recomenda a adoção das seguintes medidas:

1. Contas a Receber e Inadimplência – Implementar ações mais eficazes para reduzir o alto índice de inadimplência, incluindo a revisão da Provisão para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), uma vez que a metodologia atual não distingue devedores públicos e privados, além de não considerar os impactos do programa "Água Pará" na composição dessas perdas. A reformulação dos critérios de provisionamento deve garantir maior precisão na avaliação dos ativos da Companhia.
2. Gestão de Obras em Andamento – Proceder à regularização da conta "Obras em Andamento", assegurando a correta classificação contábil das obras concluídas. Ressalta-se a necessidade de regularização dos contratos de concessão vencidos, visto que a falta dessa formalização pode impactar a amortização de ativos intangíveis e imobilizados, comprometendo a precisão do balanço patrimonial da Companhia.
3. Controle de Gastos com Pessoal – Estabelecer diretrizes para que as despesas com pessoal não ultrapassem a reposição inflacionária do período, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e prevenindo impactos negativos na sua capacidade de investimento.
4. Regularização de Tributos e Gestão de Ativos Fiscais – Manter rigorosamente em dia o recolhimento de tributos, tanto os correntes quanto os passivos, evitando a incidência de encargos adicionais e reduzindo riscos de contingências fiscais. Além disso, recomenda-se a revisão dos ativos fiscais diferidos, tendo em vista que a Companhia vem acumulando prejuízos sucessivos, o que pode comprometer a sua capacidade de aproveitamento desses créditos no futuro.

Considerando as análises realizadas e as recomendações expostas, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024, ressaltando a necessidade de implementação das medidas recomendadas para garantir maior solidez e transparência na gestão financeira da Companhia.

Belém, 25 de fevereiro de 2025.

CARLOS JEHÁ KAYATH

LOURIVAL DE BARROS BARBALHO JÚNIOR

IVALDO RENALDO DE PAULA LEDO

Presidente em exercício

Suplente

Suplente

## **RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos  
Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da  
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA  
Estatual de Economia Mista – Sociedade Anônima de Capital Fechado  
Av. Governador Magalhães Barata nº 1201– São Brás – Belém/PA – CEP 66066-281  
CNPJ(MF) Nº 04.945.341/0001-90 - Site: [www.cosanpa.pa.gov.br](http://www.cosanpa.pa.gov.br)

Prezados Senhores,

### **I – INTRODUÇÃO**

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

### **II – OPINIÃO COM RESSALVA**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **III – BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA**

Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD: A Companhia adota como critério para reconhecer as perdas de créditos os valores relativos às faturas vencidas há mais de 180 dias, tanto em relação às faturas de particulares (residencial, comercial e industrial) como de órgãos públicos. Essas "provisões" são registradas em conta retificadora do grupo Créditos a Receber, no Ativo.

Nos testes realizados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os valores individuais que compõem o saldo provisionado se enquadram nas condições de dedutibilidade fiscal (conforme os artigos 9 e 10, da Lei nº 9.430/96). A Companhia adota como critério estimar perda para todos os valores vencidos há mais de 180 dias, sem distinguir, por exemplo, quando se trata de pessoa jurídica controladora, coligada, controlada ou interligada. Assim, os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes para o conjunto das Demonstrações Contábeis, já que o valor das perdas representa aproximadamente 76,52% dos créditos a receber e 38,93% da exposição ativa da Companhia (R\$ 1.115.119 mil, em 31/12/2024).

Destacamos, ainda, que não houve alusão ao Impacto do valor faturado aos consumidores beneficiados pelo programa Água Pará sobre as premissas aplicadas na composição das perdas. No exercício sob análise, o valor recebido foi de R\$ 267.202 Mil, correspondente às unidades contempladas no programa. É provável que parcela significativa dessas unidades compunha o universo de devedores inadimplentes da Companhia, e integram

(e continuam integrando) os dados estatísticos utilizados para estimar as perdas na realização dessas contas a receber. No exercício sob análise, não obtivemos evidências de que a administração tenha avaliado a necessidade de alterar as premissas aplicadas, excluindo ou alterando a participação desse grupo no universo de inadimplentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **IV – ÊNFASES**

##### **4.1 Capacidade econômico-financeira da Companhia com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas na Lei nº 11.445/2007:**

Conforme exposto na Nota Explicativa nº 1, os dados apresentados sobre o desempenho econômico-financeiro da Companhia até o exercício de 2022 indicavam uma razoável suscetibilidade de uma possível, senão provável, descontinuidade operacional. Tais riscos e incertezas quanto à sua capacidade de continuidade operacional estão diretamente relacionados aos indicadores econômico-financeiros estipulados como metodologia apropriada para avaliação da capacidade de alcance das metas de universalização previstas no caput do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 2007. Enfatizamos, portanto, que em nenhum dos indicadores (margem líquida sem depreciação e amortização; grau de endividamento; retorno sobre patrimônio líquido; e suficiência de caixa) a Companhia obteve os índices referenciais mínimos estabelecidos na Lei (regulamentada pelo Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023), considerando a média dos exercícios de 2018 a 2022. Esse cenário levou a Companhia a formular um Plano de Metas, que estabeleceu a implementação de medidas de otimização operacional, financeira e comercial da Companhia, visando o alcance dos referenciais mínimos no prazo de 5 anos. No exercício de 2023, os resultados econômicos apresentados pela Companhia refletiram a efetiva implementação de medidas previstas no Plano de Metas, como o PDV e a Renegociação da Dívida Ativa junto à PGFN. Naquele cenário, houve o posicionamento de que havia "indicativos robustos de que, num horizonte de curto prazo, não se vislumbram riscos significativos à capacidade de continuidade operacional da COSANPA". Para o exercício sob análise, solicitamos da Administração da COSANPA evidências do acompanhamento das medidas previstas no Plano de Metas e seus reflexos nos indicadores econômico-financeiros, assim como o monitorar sobre se as metas parciais estabelecidas estão sendo alcançadas. Não foram obtidas evidências de que o referido monitoramento esteja sendo realizado. Também não há evidências de que a entidade reguladora competente tenha verificado anualmente o atingimento dos referenciais mínimos previstos no plano de metas, conforme prescrito no § 5º do Art. 5º do Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023.

##### **4.2 Contratos de Concessões não Renovados Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 a Companhia presta serviços para 52 municípios do:**

Estado do Pará, sendo que apenas 08 municípios estão com suas concessões regulares, 35 municípios funcionam com convênio de cooperação e 09 municípios não tem acordo de cooperação e os contratos de concessão estão vencidos. Em dezembro de 2019 foi celebrado o 1º Novo Negócio da Companhia em 20 anos, o Convênio de Cooperação com o município de Senador José Porfírio. A administração da Companhia, mantém no Ativo Imobilizado Técnico Líquido o montante R\$ 9.376 mil, e no Intangível o valor de R\$ 1.522.369 Mil, correspondentes aos ativos de estrutura, de uso geral ou administrativos da Companhia utilizados na prestação de serviços nesses municípios. Não foi possível determinar os impactos do processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei do Marco Regulatório, e seus efeitos sobre os ativos intangíveis e imobilizados da Companhia. Em relação aos contratos de concessão que estão vencidos, a Companhia continua prestando os serviços de fornecimento de água tratada e tratamento de esgotos, ensejando no reconhecimento de receitas e despesas. Adota-se, portanto, a característica contábil da representação fidedigna (primazia da essência sobre a forma) e mantém-se a amortização do ativo intangível pela vida útil do bem, tendo em vista que, apesar de não existir a formalização do contrato de concessão/programa, a Companhia continua exercendo as atividades como se de fato existisse (não reconhecendo valores de contas a receber dos poderes concedentes em razão da venda dos ativos residuais que integram a estrutura de saneamento desses municípios), ou seja, primazia da essência sobre a forma. Por tais motivos, é que não modificamos nossa opinião em razão do assunto. Não obstante, julga-se oportuno que a Companhia busque a formalização da sua atuação nesses municípios, o que só deve ocorrer após a efetiva aderência aos preceitos do Novo Marco Regulatório (Lei nº 14.026/2020), que, inclusive, estabelece a obrigação de licitação para todos os novos contratos.

##### **4.3 Possibilidade de extinção de Contrato com a SPE Água do Guamá:**

No exercício de 2024 foi lançada a Concorrência Pública Internacional nº 002/2024, Processo nº 2024/2525947, cujo objeto corresponde à prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Microrregião de Água e Esgoto do Pará. Conforme circularização enviada a ÁGUAS DO GUAMÁ REDE DE DISTRIBUIÇÃO E SANEAMENTO SPE LTDA, a referida concorrência está em conflito com o Contrato de Locação nº 038/2016, visto que as receitas advindas das contas de água e esgoto das Uninorte e Unisul – que atualmente garantem o Mecanismo de Pagamento e Garantia do Contrato e estão devidamente empenhadas nos termos do Contrato de Penhor estabelecido entre a COSANPA e a Águas do Guamá – passariam, nos termos do Edital, a compor a principal fonte de remuneração da nova concessão. Conforme indicado nas cláusulas 25.215, 25.2.33, 36.4 e 36.4.59 dos documentos anexos ao Edital do processo de licitação (minuta do contrato de concessão), as garantias previstas no Contrato entre Águas do Guamá e COSANPA deverão ser liberadas em favor da futura concessionária, o que somente poderia ser admitido diante de uma substituição da garantia prevista no Contrato de Locação ou, ainda, em caso de extinção contratual. Caso esta última venha a ser a solução adotada, deverá ser aplicado o disposto na cláusula 24.3 do Contrato para que seja realizada a integral indenização à Águas do Guamá pela reversão de bens (condição para a extinção contratual nos termos da cláusula 24.4 do Contrato) e demais prejuízos causados. Neste contexto, a Águas do Guamá contratou a consultoria independente e especializada PricewaterhouseCoopers ("PwC") para realizar os cálculos do valor da indenização dos bens reversíveis, prevista em caso de extinção do Contrato sem culpa da Águas do Guamá. Referido estudo demonstrou que o valor da indenização contratual devida à Águas do Guamá pela reversão dos bens em caso de extinção contratual corresponde a R\$ 1.989.296.982 (um bilhão, novecentos e oitenta e nove milhões, duzentos e noventa e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais), considerando a data-base de novembro de 2024. Destaca-se que o valor acima referido não se confunde com o saldo devedor da COSANPA, relativo às parcelas a pagar de Valor Mensal de Locação (VML), que é de R\$ R\$ 2.970.294.476,57 (dois bilhões, novecentos e setenta milhões, duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) em dezembro de 2024. Indagamos os responsáveis pela Administração da COSANPA sobre os impactos do assunto acima exposto, inclusive quanto à necessidade de constituição de provisões (nos termos da NBC TG 25 ou NBC TSP 03) e sobre possíveis ameaças à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Obtivemos a informação de que a COSANPA embora tenha se comprometido com a continuidade dos pagamentos regulares dos VML, reconhece que a extinção ou alteração de escopo do Contrato de Programa impacta diretamente o sistema de garantias atualmente vinculado ao Contrato de Locação de Ativos. Entretanto, ainda não há uma solução alternativa para a substituição dessas garantias, posto que o valor apresentado pela SPE Águas do Guamá carece de entendimentos para que possa ser considerado justo pelas partes, uma vez que a Cosanpa não teria recursos para arcar com o valor até então apresentado pela Contratada. Julgamos que o assunto é relevante para o conjunto das demonstrações contábeis e que seus possíveis desfechos podem impactar de forma significativa os saldos apresentados nas demonstrações contábeis. Entretanto, não visualizamos, ainda, um cenário de incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da COSANPA, uma vez que as tratativas sobre o assunto ainda se encontram em fase inicial e, por ora, não há efetiva quebra contratual. O assunto envolve diversas variáveis, inclusive se acudirão interessados à Concorrência Pública Internacional nº 002/2024. Por tais razões é que não modificamos nossa opinião em razão do assunto, abordado pela administração na Nota Explicativa nº 6.

##### **4.4 Possibilidade de prescrição de Ativo Fiscal em função do cenário deficitário:**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a Companhia possui crédito de ativo fiscal diferido do imposto de renda e da contribuição social,

calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 65.858 Mil. Sem modificar nossa opinião em razão do assunto, realizaremos algumas considerações. A realização dos saldos de créditos fiscais diferidos depende da apuração de lucros tributáveis nos exercícios subsequentes e/ou de eventuais compensações com novos programas de parcelamentos do governo federal caso venha conceder tal permissão. Porquanto, a própria NBC TG 32 – Tributos Sobre o Lucro classifica a existência de prejuízos fiscais não utilizados como uma “forte evidência de que futuros lucros tributáveis podem não estar disponíveis”. Acreditamos que a atual conjuntura da Companhia vai ao encontro ao que sinaliza a Norma, já que tem apurado prejuízos acumulados, pelo menos desde o exercício de 2015 até o exercício de 2022 (e no exercício de 2023 não houve “Lucro Real Tributável”, já que o resultado positivo apresentado na DRE se originou majoritariamente da renegociação da dívida junto a PGNF, conforme Termo de Transação Individual mencionado na Nota Explicativa nº 17). Assim, considerando que os resultados futuros podem não corresponder às expectativas da administração da Companhia, os saldos dos ativos fiscais diferidos estarão sujeitos à ajustes contábeis, tendo em vista sua baixa expectativa de geração de benefícios econômicos no que tange ao alcance de resultados tributáveis no futuro. Tais ajustes, quando realizados, gerarão reflexo sobre os saldos das contas envolvidas do Ativo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido, além de interferirem em bases de cálculo de apuração de tributos.

#### **4.5 Seguro de eventuais sinistros:**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações. Não foi possível dimensionar o possível impacto da não existência de seguros para a saúde financeira da Companhia, caso ocorram eventos imprevistos que ameassem a salvaguarda de materiais, estruturas, instalações e pessoas. Não modificamos nossa opinião em razão do assunto.

### **V – PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA**

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### **5.1 Inexistência de uma Solução de ERP**

A Companhia não possui sistema integrado de gestão, baseado numa plataforma de ERP (Enterprise Resource Planning) que viabilize a integração das informações contábeis, patrimoniais, financeiras, administrativas e de departamento de pessoal, visando obter informações fidedignas geradas por estes setores. Atualmente, a Companhia opera com três tecnologias de banco de dados: PostgreSQL no sistema comercial, Oracle no sistema de RH e ADABAS nos sistemas mais antigos. Os fechamentos destes sistemas são realizados por importações de arquivos texto. Essas importações podem trazer consigo inconsistências que não vêm sendo identificadas ao longo dos exercícios, uma vez que as conciliações desenvolvidas pela companhia não contemplam a totalidade das operações realizadas, tendo em vista sua complexidade, volume e quantidade de dados.

#### **✓ Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entrevistas, controles de alçadas, gerenciamentos de senhas, tudo visando perfeito o entendimento sobre o modelo sistêmico entre os módulos da Companhia, com fito na avaliação da eficácia e eficiência das principais interfaces utilizadas, buscando implementar cruzamentos de informações geradas nos aludidos módulos e o efetivo registro contábil. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

### **VI – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS**

#### **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **VII – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

#### **VIII – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **IX – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas pelos mesmos auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 26 de fevereiro de 2024, com modificação de opinião por ressalvas, complementado por ênfases.

#### **X – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base

nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém/PA, 19 de fevereiro de 2025

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC/PE 000150/O“S”PA

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”PA  
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”PA  
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira  
Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S”PA  
CNAI 4850